



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

LANA GABRIELA PEREIRA FONSECA

**ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NOS GRUPOS DE
CONVIVÊNCIA PARA A PESSOA IDOSA: A EXPERIÊNCIA NUM CENTRO DE
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO INTERIOR DO TOCANTINS**

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2019

LANA GABRIELA PEREIRA FONSECA

ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA
PARA A PESSOA IDOSA: A EXPERIÊNCIA NUM CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO INTERIOR DO TOCANTINS

] Monografia apresentada à UFT - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus universitário de Miracema do Tocantins para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof. Me. Milena Carlos de Lacerda

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- F676a Fonseca, Lana Gabriela Pereira.
Atuação da equipe multiprofissional nos grupos de convivência para a pessoa idosa: a experiência num centro de referência de assistência social no interior do Tocantins. / Lana Gabriela Pereira Fonseca. – Miracema, TO, 2019. 102 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2019.
Orientadora : Milena Carlos de Lacerda
1. Atuação Multiprofissional. 2. Assistência Social. 3. Envelhecimento. 4. Direitos Sociais. . I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LANA GABRIELA PEREIRA FONSECA

ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA
PARA A PESSOA IDOSA: A EXPERIÊNCIA NUM CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO INTERIOR DO TOCANTINS

Monografia apresentada à UFT - Universidade
Federal do Tocantins - campus universitário de
Miracema do Tocantins para a obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social, sob
orientação da Prof. Me. Milena Carlos de
Lacerda.

Data de Aprovação 15 de Agosto de 2019.

Banca examinadora:

Milena Carlos de Lacerda

Prof.(a) Me. Milena Carlos de Lacerda (Orientadora) UFT

Célia Maria Brandini Albiero
Prof.(a) Dra. Célia Maria Brandini Albiero (Examinadora) UFT

Raf Vieira Soares
Prof. Me. Raf Vieira Soares (Examinador) UFT

Dedico este trabalho a minha família, em especial minha querida mãe, Marinalva, guerreira, que nunca mediu esforços para me ajudar em tudo que foi preciso para chegar até aqui. Ao meu digníssimo esposo, Romário, que me apoiou e incentivou para conclusão do curso, vocês são especiais: os amo muito!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a **“DEUS”**, por me proporcionar o fôlego de vida, força, foco e fé para seguir firme na elaboração e conclusão desse trabalho, sem Ele meus objetivos não seriam alcançados.

Ao anjo aqui da terra chamado **“MÃE”** que fez o possível e o impossível, dando-me apoio e motivação para não desistir dos meus sonhos e projetos, saiba que minha gratidão será eterna.

A meu digníssimo esposo **“ROMÁRIO BRAGA”**, pela compreensão nos momentos que estive ausente, pela colaboração nas leituras e correções de cada página deste trabalho, pelo apoio psicológico e financeiro. Enfim, Obrigada pelo companheirismo e amor compartilhado.

A meu irmão, Wallas Fonseca e minha cunhada Karoline Santos, pelo presente mais lindo que vocês poderiam me dar neste momento de conclusão de curso: meu sobrinho Heitor, que veio ao mundo para alegrar nossos dias.

A meu Pai Jurandir Fonseca, pela preocupação e incentivo, apesar de morar longe, vai estar sempre perto. A meu padrasto, Edson obrigada por tudo.

A meus parentes maternos, meu avô Eduardo e avó Cleonice (in memória), e toda minhas tias, Dinalva, Dalva, Silvania, Elindaiane, Eleidiane, juntamente com as minhas primas, Anna Paula, Joyce, Ingrid e Débora. A tia Hilda que sempre me perguntava quando eu iria terminar a faculdade, agora eu posso lhe dizer que falta bem pouco.

A meus avós paternos, Agenor (in memória) que não está mais entre nós, mas guardarei sempre em meu coração seus cuidados e ensinamentos e Zilda, vocês são muito especiais para mim, sigo como referência, de amor e respeito pelo próximo. Juntamente com meus sogros Oscar e Raimunda.

As amigas que a faculdade me deu, Diana Coelho, Viviane Alves, meninas vocês estão comigo na luta desde o início do curso, amo vocês de coração, amigas irmãs, e Yasmin Alves, Aline Santos, Larissa Fonseca, Ana Clara, a vocês, desejo um futuro promissor e brilhante, e que ainda nos reencontraremos, realizadas e felizes.

Aos amigos e colegas de outras turmas, Marta, Crislâynne, Vanessa, Rodrigo, Bianca, Hellen Cristina, Samara, Ludmila, Domingas, amigos e colegas que me apoiaram, dividindo tristezas, agonias, mas também risos e alegria, vocês são demais.

A minhas amigas fora da faculdade que torceram por mim, Alessandra Almeida, Laís Vieira, Kelly Resplandes, Mirian Santos, Anny, Vanessa Fonseca, Ester Gomes, Sara Cristina, amo cada uma de vocês.

A minha ilustre orientadora Mestra Milena Carlos de Lacerda, pela dedicação, disposição e paciência nesses dois semestres, suas orientações foram fundamentais na elaboração deste trabalho de conclusão de curso. Você é uma profissional espetacular, meu sentimento é de gratidão.

A Lidielly Andrade Cabral Silva, você teve uma contribuição direta e indiretamente neste trabalho, enfim, obrigada mesmo, você é magnífica, juntamente com toda a Equipe técnica do CRAS, que aceitaram participar dessa pesquisa, vocês são incríveis.

A professora Dra. Célia Maria Grandini Albiero, mulher que ama e honra a profissão espetacular e exemplar, fica o meu muito obrigada por aceitar meu convite em participar da banca.

Ao professor Mestre Raí Vieira Soares, obrigada pela disposição e interesse em participar como examinador da banca e contribuir com as suas reflexões.

A Universidade Federal do Tocantins, campus de **MIRACEMA**, faculdade pública que transforma pequenos alunos em grandes profissionais, com a contribuição de Mestres e Doutores de currículos brilhantes. Minha gratidão a vocês professores, que são responsáveis por contribuir na formação de todos os cursos.

RESUMO

O presente estudo tem como finalidade compreender o trabalho da equipe multiprofissional nos grupos de Convivência voltados a pessoa idosa num Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) localizado no interior do Tocantins, com objetivo geral de analisar a centralidade deste espaço no processo de envelhecimento, Como objetivos específicos buscamos contextualizar e identificar o trabalho multiprofissional nos grupos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos a partir da percepção das idosas e dos profissionais vinculados ao CRAS. Com a pesquisa bibliográfica, buscamos evidenciar a discussão do envelhecimento humano, com base na literatura crítica e especializada e nos dados demográficos. Neste aspecto, realizou-se um o resgate histórico da Constituição Federal de 1988, no que tange as lutas e conquistas da classe trabalhadora na regulamentação das políticas sociais, destacando a formação da Assistência Social no Brasil, para em seguida, visibilizar as consequências da Reforma da Previdência para a população idosa. A pesquisa é devedora da inserção no Estágio Supervisionado em Serviço Social e suas contribuições para a formação profissional, oportunizando subsídio teórico e crítico para análise e interpretação dos dados colhidos na pesquisa, afim de conhecer de forma mais aprofundada a atuação da equipe interdisciplinar no que se refere as condições e relações de trabalho. Sustentadas pelas categorias do método dialético crítico, utilizamos as técnicas da observação, entrevista semiestruturada e questionário de avaliação para as idosas participantes do CRAS. Apontamos também a importância da atuação da equipe técnica para a efetivação dos direitos sociais no processo de envelhecimento da pessoa idosa no Brasil.

Palavras chave: Atuação Multiprofissional. Assistência Social. Envelhecimento. Direitos Sociais.

ABSTRACT

The purpose of this study is to understand the work of the multiprofessional team in the Elderly Living Groups in a Reference Center for Social Assistance (CRAS) located in the interior of Tocantins, with the general objective of analyzing the centrality of this space in the aging process. As specific objectives we seek to contextualize and identify the professional work in groups in the Service of Coexistence and Strengthening of Bonds from the perception of the elderly and professionals linked to CRAS. Through bibliographic research, we seek to highlight the discussion of human aging, based on critical and specialized literature and demographic data. In this regard, a historic rescue of the Federal Constitution of 1988 was carried out, regarding the struggles and achievements of the working class in the regulation of social policies, highlighting the formation of Social Assistance in Brazil, to then make visible the consequences of the Reform. Social Security for the elderly population. The research is due to the insertion in the Supervised Internship in Social Work and its contributions to the professional formation, providing theoretical and critical support for analysis and interpretation of the data collected in the research, in order to know in more depth the performance of the interdisciplinary team regarding refers to working conditions and relationships. Supported by the categories of the critical dialectical method, we used the observation techniques, semi-structured interview and evaluation questionnaire for the elderly participants of CRAS. We also point out the importance of the performance of the technical team for the realization of social rights in the aging process of the elderly in Brazil.

Keywords: Multiprofessional Performance. Social assistance. Aging. Social rights

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Gráfico 1 – Projeção da população Brasileira.....	19
Gráfico 2 – Grupos de Convivência ofertados no CRAS.....	46
Gráfico 3 – Identificação Profissional.....	62
Gráfico 4 – Profissionais do CRAS.....	79
Gráfico 5 – Estrutura do CRAS.....	79
Gráfico 6 – Confraternização e atividades desenvolvidas.....	80
Gráfico 7 – Eventos e palestras.....	80
Gráfico 8 – Forma de comunicação.....	81
Gráfico 9 – Duração de eventos.....	81
Gráfico 10 – Avaliação geral da equipe.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
APAE - Associação de Pais e Amigos Excepcionais
BR - Belém Brasília
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CF - Constituição Federal
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPVA - Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NOB/SUAS - Norma Operacional Básica- Sistema Único de Assistência Social
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF - Programa Bolsa Família
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PEC - Proposta de Emenda à Constituição
PNI - Política Nacional do Idoso
SEDUC - Secretaria da Educação do Estado do Tocantins
SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SIM - Sistema de Informações sobre a Mortalidade
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO HUMANO	17
2.1 O Perfil da Pessoa Idosa no Brasil: aproximações iniciais	17
2.2 Concepções do envelhecimento humano	21
2.3 Lutas e Conquistas para materialização dos Direitos Sociais no Brasil.....	24
2.4 O Processo de Envelhecimento na Sociedade Capitalista e a proposta da Reforma Previdenciária	28
3 OS DIREITOS SOCIAIS E A ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA	36
3.1 Formação Histórica da Assistência Social Brasileira: Breves Abordagens	36
3.2 O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) como equipamento de efetivação dos direitos sociais	40
3.3 O Serviço de Convivência e os grupos ofertados no CRAS.....	45
3.4 A Jornada do Estágio Supervisionado em Serviço Social e suas contribuições para a formação profissional.....	49
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA.....	59
4.1 Procedimentos e Percurso metodológico	59
4.2 Identificação	61
4.3 Contextualização do lócus da pesquisa.....	64
4.4 O trabalho da equipe interdisciplinar	68
4.5 Notas sobre a Atuação Profissional do Assistente Social nas políticas sociais em um CRAS.....	74
4.6 O papel do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS.....	77
4.7 Serviços e Grupos de Convivência sob o olhar da pessoa idosa: breves considerações	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS	88
APÊNDICES	98

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema: a atuação da equipe multiprofissional nos Grupos de Convivências voltado para a pessoa idosa a partir da experiência do Centro de Referência de Assistência Social no Interior do Tocantins. Esse estudo teve como objetivo geral compreender e analisar o espaço de Convivência no processo de envelhecimento das idosas participantes dos grupos ofertados num CRAS, localizado do interior do Tocantins, evidenciando a atuação multiprofissional. Como objetivos específicos tivemos a intenção de contextualizar o trabalho profissional dos grupos Conviver e Integrar, voltados a pessoas entre 50 e 100 anos de idade para identificar seu papel na vida das idosas que participam dos serviços ofertados nos grupos de convivência e Fortalecimento de Vínculos no intuito de entender a percepção dos profissionais e das idosas sobre atuação e serviços oferecidos neste equipamento de efetivação dos direitos sociais.

O primeiro interesse quanto ao trabalho da equipe multiprofissional ocorreu através da inserção como estagiária de Serviço Social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), durante dois semestres. O contato frequente com as idosas do grupo despertou o interesse em conhecer de forma mais aprofundada a atuação da equipe voltado a esse público e sua contribuição no processo de envelhecimento desta população.

A pesquisa se insere no marco da metodologia qualitativa, pois a mesma “[...] responde questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado [...]” (MINAYO, 2001, p.6).

Nas Ciências Sociais esse procedimento proporciona uma investigação das múltiplas mediações nas quais se insere, possibilitando analisar as propostas desta pesquisa, que se dirigiu na discussão da atuação multiprofissional, do envelhecimento, da política de assistência social e da avaliação dos usuários. Para obter melhor resultado na investigação é preciso observar, entender a realidade de forma crítica as informações colhidas pois ela trabalha com o universo de significados, aspirações, crenças “e valores, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos de variáveis” (MINAYO, 2001 p. 6-7).

Oliveira, Borges, Cunha e Carvalho (2017, p.5), materializam nossas reflexões quando apontam que “o Serviço Social assim como outras profissões em seu agir profissional necessitam de regulamentação e ética para lidar com serem humanos e seu comportamento social na sociedade.

Nesse sentido, existem fatores que necessitam ser observados por todos os profissionais e estudantes que submergem a pesquisa investigativa que envolvam seres humanos. Principalmente, o Serviço Social que lida cotidianamente com inúmeras expressões oriundas da questão social, que decorrem dos antagonismos gerados no modo de produção capitalista. Essa apreensão relaciona-se com a nossa contemporaneidade, que está rodeada de desafios e contradições, ou seja:

Em razão da contraditória relação capital-trabalho esse aspecto do respeito à dignidade humana parece que ganha ainda mais destaque, em razão de que as demandas que se apresentam a esses profissionais decorrem justamente do não respeito à dignidade humana que é próprio à sociedade capitalista. (OLIVEIRA, BORGES, CUNHA e CARVALHO (2017, p.2).

Diante dos aspectos conceituais apresentados, nos guiamos pelo Método Dialético Crítico, segundo o pensamento de Konder (2008, p.07-08), a “Dialética o modo de pensarmos as contradições da realidade, do modo de compreendermos a realidade contraditória e em constante transformação”. Deste modo, através do direcionamento oportunizado pelo Método Crítico Dialético podemos analisar a totalidade, mediação e contradição para melhor alcançar a proposta desta pesquisa, através do método qualitativo, com a técnica da entrevista semiestruturada e questionário de avaliação.

O processo de investigação acadêmica, assim como todas as pesquisas que decorre da realidade social requer compromisso e ética, pois estamos lidando com seres sociais. Neste sentido, é imprescindível resguardar a dignidade humana do sujeito que se propôs a contribuir com a pesquisa. Esse entendimento considerou duas questões, a “primeira por obter uma visão ampla das ações humanas e em segundo lugar, obter uma compreensão da inserção das ideias humanas na realidade para organizá-la”. (DALBEIRO 2008, p.30).

As pesquisas foram aplicadas em dois momentos: o primeiro para os profissionais que compõe a equipe profissional do CRAS, que foram divididos em quatro blocos com os respectivos assuntos: Bloco I: identificação dos profissionais; Bloco II: contextualização dos serviços realizados no CRAS; Bloco III: atuação da equipe multiprofissional; Bloco IV: o papel do serviço de convivência do CRAS. O Instrumento de avaliação da coleta de dados se deu através de entrevista semiestruturada que “combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto” (QUARESMA, BONI, 2005, p.75).

O segundo momento foi através de um instrumento de coleta de dados para avaliação das idosas participantes dos serviços e grupos ofertados no CRAS através de questionário. “[...] Sendo o questionário um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito com ou sem a presença do entrevistador” (OLIVEIRA et al, 2016, p.8). Vale mencionar ainda, que elencamos figuras ilustrativas de avaliação dos serviços, pois, nem todos os/as idosos/as que preencherem o questionário são alfabetizados.

Antes da execução das entrevistas, apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para ciência do sigilo dos envolvidos na pesquisa, compromisso e ética do entrevistador. Para garantir o sigilo ético da pesquisa, optamos por não caracterizar o município em questão, para não comprometer os/as sujeitos entrevistados.

A pesquisa em “Serviço Social como área de pesquisa, teve sua efetivação em decorrência do processo histórico de transformação e solidificação do objeto profissional de intervenção” (GOMES, 2015, p.4).

Então, podemos dizer que a pesquisa investigativa com o Serviço Social entende-se que “[...] pesquisar é exercício sistemático de indagação da realidade observada, buscando conhecimento que ultrapasse nosso entendimento imediato [...]” (BOURGUIGNON, 2007 p.2). Nesta mesma concepção, entendemos o agir profissional “com um fim determinado que fundamenta e instrumentaliza o profissional a desenvolver práticas comprometidas com mudanças significativas em relação a qualidade de vida do cidadão” (BOURGUIGNON, 2007, p.2).

A pesquisa em Serviço Social possibilita analisar diversos fatores da realidade social. Sob esse prisma reconhecemos que o principal desafio em nosso objeto de investigação está relacionado aos desafios contemporâneos que o Brasil está passando. Por esse motivo, objetivamos introduzir o debate da crise que está afetando as políticas sociais, e as implicações nas condições de trabalhos precários que coloca um desafio ao agir profissional na garantia da efetivação dos direitos sociais, manifestando-se em trabalhos precários temporários e ausência de autonomia profissional. Adiantamos que estamos em contramão a defesa da flexibilização do trabalho pois nossa busca é pela valorização do profissional e dos usuários participantes dos grupos de idosos.

Esses acontecimentos atinge toda a classe trabalhadora, mas principalmente os usuários que necessitam dessas políticas sociais, por não poder mais vender sua força de trabalho, tornando-se dependente do Estado. Com foco nos idosos, nossa proposta de pesquisa

buscou traçar também o processo de envelhecimento humano brasileiro, tendo em conta as dificuldades atreladas a faixa etária da idade idosa e os rebatimentos decorrentes da focalização das políticas sociais que limitam os direitos de toda a comunidade.

Procuramos trazer para o estudo, o debate inicial da crise que o país está passando, pois a proposta atual do governo se contrapõe aos preceitos fundamentais da Constituição Federal de 1988, atingindo diretamente os mais pobres, causando um verdadeiro retrocesso e desrespeito com toda a população que dependem dos acessos públicos e da seguridade social.

É importante tomarmos ciência da ameaça que a proposta da Reforma da Previdência Ementa a Constituição (PEC 6) vai causar, apesar de estar em processo de aprovação, precisamos nos inteiramos da situação para alertar a população sobre o golpe do governo que quer tentar iludir, camuflando a real intenção da capitalização dos serviços públicos e sociais. Partindo dessas ponderações, o presente estudo foi dividido em três capítulos.

O primeiro, intitulado “O processo de envelhecimento humano” que está subdividido em quatro tópicos, onde buscamos trazer algumas aproximações iniciais sobre o perfil da pessoa idosa no Brasil, através da análise de dados demográficos, por meio de determinadas concepções que caracterizam o envelhecimento humano e do processo das lutas e conquistas dos direitos sociais no Brasil, antes e depois da Constituição Federal de 1988. Evidenciando as políticas sociais e os desmontes dos direitos sociais no Brasil.

Partimos de uma análise crítica para entender o processo de envelhecimento na sociedade capitalista e os impactos da Reforma da Previdência, visto que, esse debate precisa ser mais visto pelos profissionais e pelos estudantes em seu pleno processo de formação. A atual conjuntura está passando por um processo delicado e precisamos estar cientes dos acontecimentos sociais, políticos e econômicos do Brasil que guarda relação direta com a formação social e histórica do país.

O segundo capítulo, intitulado “Os direitos sociais e a assistência social brasileira”, dividimos em quatro tópicos onde trabalhamos a Formação Histórica da Assistência Social Brasileira, no segundo tópico caracterizamos o Centro de Referência de Assistência Social como equipamento de efetivação dos direitos sociais, para assim conhecer o serviço de convivência e os grupos ofertados neste equipamento, afim de conhecer suas características e compreender como ocorre a divisão dos grupos neste serviço. Por fim, tratamos a experiência no CRAS, através do Estágio Supervisionado em Serviço Social para refletir sobre a contribuição para a formação acadêmica e profissional.

O último capítulo intitulado “Análise e interpretação dos dados da pesquisa”, consiste na apresentação e análise dos dados, dividido em sete partes, sendo: o método de procedimento e percurso metodológico das aproximações sucessivas com o objeto de pesquisa, a apresentação da Identificação Profissional; Contextualização do lócus da pesquisa; Atuação da Equipe técnica. Em seguida, elaboramos breves notas sobre o Assistente Social afim de entender sua atuação nas Políticas Sociais, particularizando os grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS, a partir dos dados coletados na pesquisa.

O último item visa apresentar o resultado do questionário aplicado com as idosas participantes do grupo “Integrar e Conviver”, afim de procurar entender como as idosas avaliam os serviços e grupos do Serviço de Convivência do CRAS juntamente com as conclusões finais do estudo. Posteriormente, pretendemos devolver esses dados para o lócus da pesquisa, no intuito de instrumentalizar os profissionais na avaliação das suas estratégias de intervenção.

Todas essas concepções foram fundamentais na escolha do tema e foram de grande influência para análise da realidade profissional e dos usuários, em especial das idosas participantes desses serviços de idosas. Vale salientar que o tema foi escolhido a partir da inserção no Estágio Curricular Obrigatório, que possibilitou a aproximação da teoria e prática no processo de formação sendo este de extrema relevância para acompanhar de perto o trabalho profissional do Assistente Social e de outros profissionais na Política de Assistência Social.

Vale a pena ressaltar que nosso objetivo na pesquisa não é questionar o trabalho dos profissionais da assistência social, mas trazer à tona a importância do debate da atual conjuntura social, econômica e política do país no que se refere a focalização das Políticas Sociais, em especial da Assistência Social, afim de compreender os desafios cotidianos e contemporâneos conhecendo assim a atuação profissional, bem como as consequências que esses fatores trazem para a classe trabalhadora.

2 O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO HUMANO

No presente capítulo explanaremos notas introdutórias acerca do processo de envelhecimento humano e o perfil da pessoa idosa no Brasil e no estado do Tocantins, trazendo algumas aproximações iniciais para melhor entendimento da velhice que será enfatizada em diferentes concepções. Em seguida, será contextualizado as lutas e conquistas dos direitos sociais no Brasil, com um breve resgate histórico das lutas da classe trabalhadora para efetivação dos direitos sociais, além disso, considerando o processo de envelhecimento na sociedade capitalista e a proposta da Reforma Previdenciária no Brasil.

2.1 O Perfil da Pessoa Idosa no Brasil: aproximações iniciais

De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2017 e 2018, o Brasil hoje possui cerca 208,5 milhões de habitantes, sendo que o número de idosos com mais de 60 anos ultrapassa os 30 milhões, tendo 56% idosas mulheres e 44% idosos homens, tendo uma diferença de mais de 3,5 de idosas mulheres no Brasil nesse grupo etário.

Quanto a composição da população de todas as faixas etárias entre os idosos de 60 e 65 anos, as mulheres somam mais de 5% enquanto os homens pouco mais de 4,2%, e pessoas com 80 anos ou mais, as mulheres são 2,7% superior aos homens com 1,6%. Percebemos que no Brasil nos últimos anos, tem-se um aumento da população idosa, na distribuição de todas as faixas etárias, as idosas mulheres ultrapassam o número de idosos homens.

Buscando entender o porquê as mulheres envelhecem mais que os homens, percebemos que o fenômeno não tem uma teoria específica, mais que gera vários debates entre os especialistas da área de envelhecimento. A geriatra e gerontóloga Andrea Prates (2019) explica que as mulheres vivem mais porque buscam ter uma vida saudável e é mais ativa proporcionando assim qualidade de vida bem maior que os homens, fazendo com que as mulheres vivam quatro ano a mais do que os homens¹, mas isso depende muito de cada metabolismo² e principalmente das condições objetivas de existência. Certamente, as

¹Para mais informações ver Homens e mulheres envelhecem de forma diferentes: Disponível em: <https://www.vix.com/pt/bdm/saude/homens-e-mulheres-envelhecem-de-formas-diferentes-entenda>. Acesso em 29 de Julho de 2019.

² Quem envelhece mais rápido. Disponível em: <http://www.plenae.com/artigos/quem-envelhece-mais-rapido-o-homem-ou-a-mulher/>. Acesso em: 29 de Julho de 2019.

explicações vinculam-se ao debate de gênero no que refere aos papéis sociais concernentes aos homens e as mulheres na esfera da produção e reprodução capitalista.

No censo de 2000 a 2010, é notório um aumento significativo da população adulta, e uma diminuição de jovens. De acordo com Pena (2010), à medida que os países vão se desenvolvendo, o formato de pirâmide desfaz-se, indicando uma queda nas taxas de natalidade e mortalidade. Em outras palavras, à medida que um país se desenvolve, a sua população vai ficando mais velha. De acordo com a projeção do IBGE, estima-se que em 2042 terá aproximadamente 57 milhões de idosos no Brasil e com o passar do tempo essa proporção será cada vez maior no país.

Na concepção de Dawalibi et al (2013, p.2) “[...] o aumento da população idosa brasileira será de 15 vezes, aproximadamente, entre 1950 e 2025, enquanto o da população como um todo será de não mais que cinco vezes no mesmo período”. Deste modo, “[...] a população idosa é a que mais cresce no Brasil e, conseqüentemente, tem merecido a atenção de diversas áreas do conhecimento” (DAWALIBI et al, 2013, p.7).

A aceleração do envelhecimento no Brasil refere-se a vários âmbitos, mas principalmente a dois fatores, “O fenômeno está relacionado com a queda no número de nascimentos e o aumento da expectativa de vida, ou seja, redução da mortalidade [...]” (ZIMERMAN, 2000, p. 13).

O outro fenômeno que Zimerman (2000, p. 14) afirma que influencia no aumento da população idosa é a “[...] redução da mortalidade, apesar de uma grande parcela da população mundial ainda não ter acesso à alimentação e a condições de higiene adequada [...]”. Porém na atual conjuntura a longevidade é maior devido os avanços da ciência e da tecnologia, especialmente no campo da medicina que, permitem que a sobrevivência tanto das crianças quanto dos adultos seja cada vez maior.

Com os investimentos em prevenção e educação para a saúde, a descoberta de vacinas, novos medicamentos e cura para diversas doenças, o ser humano ganhou uma nova qualidade de vida, além de dar possibilidade de resistir a enfermidades que antes provocavam a morte em idade precoce (ZIMERMAN 2000, p. 14).

No entanto vale ressaltar, que os investimentos em qualidade de vida não chegam em sua totalidade a toda a população brasileira dada a desigualdade das classes sociais. Isso significa que o processo de envelhecimento não é o mesmo para todas as pessoas do país, tampouco o acesso a saúde, lazer, educação e assistência social. É um direito de todos, porém

a distribuição desigual de renda e a conformação do Estado Burguês pode privilegiar ou limitar o acesso do indivíduo, gerando uma grave e acentuada desigualdade de renda.

No século atual, registra-se várias estratégias e equipamentos de prevenção da saúde desde o nascimento até o envelhecimento, o que nos séculos anteriores não tinham. A expectativa de vida de 1940 era de 45 anos com 42 anos para homens e 48 para mulheres, sendo que em 2018 a expectativa chega à de 76 anos, como consta os dados do IBGE (2017,2018).

Apesar do envelhecimento populacional ser amplamente reconhecido como uma das principais conquistas sociais do século XX reconhece-se, também, que esta situação traz grandes desafios para as políticas públicas.

Um dos mais importantes é o de assegurar que o processo de desenvolvimento econômico e social ocorra de forma contínua, com base em princípios capazes de garantir tanto um patamar, econômico e mínimo para a manutenção da dignidade humana, quanto a equidade entre os grupos etários na partilha dos recursos, direitos e responsabilidades sociais (CAMARANO, PASSINATO, 2004, p. 253).

Dando continuidade desse processo demográfico de crescimento da população idosa segue abaixo a projeção da população brasileira, por proporção de pessoas por grandes faixas etárias de 0 a 14 anos, de 15 a 64 anos e mais de 65 anos, afim de mostrar o crescimento da população de 2010 a 2019 e as tendências que se anunciam para 2020 a 2050. De acordo com o IBGE, temos:

Gráfico 1: Projeção para população brasileira



Fonte: IBGE (2018) e G1.

Na projeção do ano de 2010 com um cenário de mais de 194 milhões de habitantes, 68% estava entre o grupo etário de 15 a 64 anos, seguindo de 0 a 14 anos com 24,7% e por último, pessoas com mais de 65 anos com 7.3%. No ano de 2017 a população de 0 a 14 anos estavam com 21.6% uma queda de 3.1%, quanto que a de 15 a 64 anos era de 69.5, um aumento de 1.5%, e com mais de 65 anos estava de 8.9 aumento de 1.6% para mais de 206 milhões de habitantes em relação a escala de 2010. No ano de 2018, a população de 0 a 14 anos, caiu para 21.3%, em 2019 teve mais uma queda 21.2%, enquanto a população de 15 a 64 anos se manteve aparentemente estável no ano de 2018 e 2019, a população com mais de 65 anos teve um aumento significativo de 9.2% em 2018, quando em 2019, 9.5%.

Para a projeção de 2020 a 2060, a população de 0 a 14 anos cairá mais uma vez para 20.9%, depois para 19%, em seguida, cairá para 16.8%, depois cairá para 15.4%, por fim terá uma queda para 14.7%. A faixa etária de 15 a 64 anos em 2020 terá uma pequena queda para 69.3%, em seguida para 67.5%, depois para 65.8%, em seguida cai mais uma vez para 62.7% e por fim 58.8%. Pessoas com mais de 65 anos terá um aumento bem significativo entre 2020 a 2060, com 9.5%, sobe mais uma vez para 13.5%, segue para 17.4%, 21.9% e por fim, para 2060 subirá para 25.5%³.

Percebe-se que desde 2010, a faixa etária de 0 a 14 anos terá uma tendência de queda de 10% até 2060. O número de natalidade irá cair, enquanto que a expectativa de vida de pessoas mais adultas será cada vez maior. Nas pesquisas atuais e de acordo a tendência da população brasileira, aponta que o Brasil é um dos países em desenvolvimento e terá uma população maior de idosos até 2050.

Os idosos no mercado de trabalho geram tendências relacionadas ao processo de envelhecimento, de acordo com as autoras:

Na dimensão eminentemente demográfica, a tendência de crescimento da participação de pessoas cada vez mais velhas na população em idade ativa (PIA) é inequívoca. Esse efeito demográfico combinado à tendência recente de relativa estabilidade das taxas de atividade dos idosos resultam no crescimento da participação dos trabalhadores acima de 60 anos na força de trabalho brasileira. Além disso, como se verá, o rendimento do trabalho do idoso é fundamental na composição de sua renda pessoal e familiar, de tal forma que dificilmente se pode esperar mecanismos compensatórios que permitam a queda da sua participação no mercado de trabalho (WAJNMAN, OLIVEIRA, DE OLIVEIRA, 2004, p. 453).

³ Essa pesquisa não considerou os conceitos e retrocessos no congelamento dos gastos públicos da Reforma da Previdência.

Percebe-se um grande aumento de pessoa idosas ativas, sendo de acordo com o pensamento dos autores que esse fenômeno um fator importante para contribuir com a renda da família, possibilitando oportunidade para pessoa idosa no mercado de trabalho.

Os aspectos que envolvem velhice e envelhecimento, são classificados e identificados de formas individuais e coletivas pela sociedade, pois cada indivíduo tem uma visão diferenciada quando se trata dessa etapa da vida. Essa construção é caracterizada por modificações, estereótipos e variações que precisamos entender que estão em constante processo de mudanças e para subsidiar tal compreensão estaremos trabalhando as configurações da velhice no processo histórico, as particularidades e os conceitos sociais.

A vários estudiosos que procuram estudar o processo de envelhecimento humano, cada um com suas particularidades, opiniões, olhares diferentes que complementam concordando ou discordando do outro, por esse motivo, destacamos “[...] esse olhar mais cauteloso para o estudo do envelhecimento humano possa facilitar a compreensão de como o idoso, a família e o próprio meio sociocultural concebem o processo de envelhecimento e as mudanças [...]” (DEL-MASSO, 2015, p.20).

No entanto, estudar só o básico do processo de envelhecimento no aspecto biológico não é o suficiente para o estudo de sua totalidade, é necessário ir mais adiante, abrangendo sob “[...] a ótica social, legal e cultural como um ciclo complexo que engloba desde a aceitação das pequenas mudanças por parte dos indivíduos até as mudanças mais complexas presentes no meio sociocultural” (DEL-MASSO, 2015 p.20).

2.2 Aspectos do envelhecimento humano

A Política Nacional do Idoso de (1994) e o Estatuto do Idoso de (2003) consideram idosos/as pessoas com 60 anos ou mais. No entanto, Organização Mundial da Saúde declara que países em desenvolvimento são considerados idosos com 60 anos ou mais e em países desenvolvidos com 65 anos ou mais.

Todavia, o envelhecimento humano pode ser caracterizado por vários conceitos e aspectos como: idade cronológica, biológica, social e psicológica. “A idade cronológica é marcada pela data de nascimento da pessoa e nem sempre ela caminha junto com a idade biológica” (MASCARO, 2004, p. 39). Ou seja, interpretando essa fala, podemos entender que a idade cronológica é a idade real de um indivíduo, independentemente se aparenta ou não ter a idade desde o nascimento. Já a idade Biológica é determinada pela herança genética e pelo

ambiente quer dizer, vai da imagem aparente que o indivíduo apresenta. Vale dizer que algumas pessoas aparentam ter mais idade da que realmente tem e está influenciada pelo seu meio social e acesso a serviços básicos que permitem uma qualidade de vida digna.

A análise do aspecto sócio histórico da velhice do decorrer dos anos vem ganhando forças que influência vários estudiosos a ter interesse em entender esse fator natural da vida, através de vários âmbitos como, preconceito, crescimento de idosos no Brasil, e várias outros aspectos que envolve essa faixa etária.

Teixeira e Guariento (2010), caracterizam que o envelhecimento biológico é um fenômeno que está presente na vida de todos os seres humanos desde o nascimento até o morte, apesar de ter diversas formas de concepções e ponto de vista diferentes.

A idade social ainda de acordo com Mascaro (2004, p.39-40) “[...] relaciona-se às normas, crenças, estereótipos e eventos sociais que controlam através do critério de idade o desempenho dos idosos, “[...] as normas constroem o que chamamos de relógio social que determina ou não a pessoa fazer algo”. Percebe-se que a idade social é determinada pela participação e status social do indivíduo na sociedade atual. O último conceito é a idade psicológica, na qual se refere um termo “[...] bastante abrangente, envolve as mudanças de comportamento, como influência de personalidade como impressões de atitudes, sentimentos e o autoconceito do próprio idoso” (MASCARO 2004, p. 40).

Essa classificação, segundo o autor, varia muito de cada pessoa, na atualidade podemos citar a depressão, que toma de conta do psicológico que poderá acarretar várias consequências, que dependendo do grau pode levar ao suicídio, os sintomas aparentes são, desamparo, problemas familiares, financeiros, doenças, e muitos outros contrastes que podem ter um significado diferente para cada pessoa. Fazendo uma análise do idosos no Brasil percebe-se o aumento nos últimos anos do número de suicídio nessa faixa etária.

O primeiro ponto a ser explanado é entender que o envelhecimento não é uma doença, uma vez que é algo que todo o indivíduo irá passar, porém pode ter alguns obstáculos na qual irá apresentar algumas limitações, como perdas, fragilidades, acesso aos direitos, cansaço físico, algumas dificuldades diárias. No entanto a velhice não pode ser vista como algo negativo, chegar na idade considerada idosa é um privilégio na qual muitos não tem.

Nos aspectos físicos, psicológicos e sociais do envelhecimento, Zimerman (2000, p.21) explica que “[...] envelhecer pressupõe alterações no indivíduo. Tais alterações são naturais e gradativas. Essas transformações são gerais, podendo ser verificada em idade mais

precoce ou mais avançadas de acordo com cada indivíduo [...]”. O indivíduo tem sua forma particular de apresentar as mudanças no decorrer da faixa etária.

O pior é que essas concepções dos mais jovens de alguma forma acabam sendo naturalizados e essa situação significa uma certa indiferença fazendo com que o próprio idoso se sinta inútil diante da sociedade. “É preciso acabar com essa mentalidade. Ser velho não é o contrário de ser jovem. Envelhecer é simplesmente passar para uma nova etapa da vida, que precisa ser vivida de maneira mais positiva, saudável e feliz” (ZIMERMAN, 2000, p.28).

Por esse motivo que o ambiente na qual o idoso vivencia e de como a pessoa mais nova caracteriza os idosos influenciam muito na personalidade a autoconceito próprio. Nessa linha, Zimerman (2000 p.19) caracteriza que “[...] todos nós, com certeza, temos uma imagem de velho formada a partir da nossa observação, de nossa vivência ou daquilo que nos é passado pela família e pela sociedade”. Essas percepções variantes podem acarretar uma reação que podem trazer aceitação ou rejeição “na realidade brasileira a palavra idoso tem sido associada à palavra velho que, por sua vez, tem significado antiquado, obsoleto, improdutivo ou sabedoria e discernimento” (FERREIRA 2005, p.116).

De acordo a Constituição de 1988, são considerados idosos, as pessoas idosas com 60 anos ou mais. Faz-se necessário uma discussão na qual busque uma análise geral do processo de envelhecimento afim de ampliar o seguinte questionando: Por que a pessoa idosa é definida pelos 60 anos? Por que representa um marco de ultrapassagem de determinada etapa da vida?

Tendo em vista, que segundo os autores, o envelhecimento não é concreto mas varia de acordo com cada indivíduo, Mascaro (2004 p. 41) afirma que é “[...] em torno dessa idade que se acentuam as transformações biológicas da terceira fase da vida, e também o momento que acontece o desengajamento do trabalho⁴ e aposentadoria e o descompromisso de alguns papéis tradicionais da vida [...]”. Essas transformações vão automaticamente deixando a pessoa menos ativa para em todos os âmbitos sociais da vida para se tornar dependente das políticas públicas e dos familiares.

Na conjuntura atual percebemos que as mulheres vivem mais que os homens, pois é notório que as mulheres se preocupam mais com a saúde, fazem mais atividades físicas e buscam melhores meios de saúde em busca de obter melhor qualidade de vida, tem uma interação social maior do que os homens em todo o país.

⁴ No tópico adiante, reportaremos a alteração da Reforma da Previdência que está em tramitação que irá alterar o tempo de contribuição.

Na atual conjuntura, observa-se que com a contrarreforma da previdência os idosos viverão mais porém irão trabalhar mais, a renda mensal da população brasileira é de 1.370 reais por mês, e existe hoje no país mais de 20 milhões de aposentados. Segundo os dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) 47% dos aposentados no Brasil estão ativos, sendo a maioria baixa renda, o IBGE aponta ainda que apenas 26% dos idosos possuem carteira assinada, outros são trabalhos autônomos e informal. Não é possível mensurar os impactos da contrarreforma previdenciária, pois a mesma será acompanhada pela reforma trabalhista, sancionada pelo ex-presidente Michel Temer e pelo congelamento nos investimentos públicos.

Todavia, essa característica se torna parcialmente relativa quando aludimos o idoso no caráter geral, pois é necessário evidenciar as distinções um idoso rico de um idoso pobre, sua classe social, os meios de convivência, no âmbito familiar e social, as desigualdades presentes, o muito que o privado oferece, e o pouco que o público restringe, o rico tem mais chances de se tratar, de se manter na velhice, de ter menos problemas, ter qualidade e expectativa de vida maior, na qual o pobre não possui, tornando dependentes das políticas públicas. Na ausência delas, o idoso fica sujeito a escassez e sem forças para lutar por esses direitos. Essas lutas serão abordadas no próximo tópico, apontando o papel da classe trabalhadora na luta e conquista dos direitos sociais através de reivindicações não só dos que necessitavam das políticas, mas de toda a população para um país justo e universal para todos.

2.3 Lutas e Conquistas dos Direitos Sociais no Brasil

No Brasil, os operários dos séculos XVIII e XIX, passaram por um grande desafio, decorrentes da exploração da força de trabalho e frente as desigualdades sociais e da inexistência de leis que assegurassem seus direitos, como classe trabalhadora.

Iamamoto e Carvalho (2007, p.242), abordam que “[...] as reivindicações históricas, do proletariado, ao serem incorporadas por intermédio de políticas assistenciais, sofrem um processo de falsificação e burocratização [...]”. Isto é, o que é mais enfatizado é o interesse do Estado e das classes dominantes, da burguesia com interesses próprios beneficiando o caráter privado, dificultando os trabalhadores a tomar conhecimento de seus direitos, enquanto o objetivo das reivindicações eram apenas “[...] centrar constantemente na melhoria de suas condições de vida e trabalho, por condições dignas de vida, acesso à educação, saúde, habitação, dentre outras formas de usufruir dos direitos [...]” (IAMAMOTO, CARVALHO, 2007, p.242).

Atuar sobre as sequelas da exploração capitalista através de benefícios indiretos impostos e organizados burocraticamente, através do Estado, atuam como deslocadoras das contradições que se dão no nível das relações de produção, reproduzindo e projetando essas contradições ao nível das instituições assistenciais e previdenciárias, isto é, do próprio aparelho do Estado. Representam um aprofundamento da publicitação do privado, que se inicia com a regulamentação do mercado de trabalho. Convertendo os instrumentos de controle social e político dos setores dominados e de manutenção do sistema de produção tanto para seus efeitos econômicos como pela absorção dos conflitos sociais e disciplinamento das relações sociais vigentes (IAMAMOTO, CARVALHO, 2007, p. 244).

Diante dessa realidade, há vários autores que discutem a velhice como um problema. No entanto é necessário enfatizar e compreender que o problema social não está diretamente relacionado a velhice em si.

O problema social na qual a autora se refere, não está diretamente ligado a velhice, mas sim da questão da exploração do trabalho que acarreta o envelhecimento precoce e invalidez da classe trabalhadora, ou seja, exploração do tempo de vida. Esses são os reais motivos dos trabalhadores não chegarem a idade idosa com sequela e esgotamento, ou até mesmo morte, causados pela trabalho intenso e pela desigualdade social.

Para Peres (2007 p.155) “[...] o problema social da velhice é antes de tudo, um problema da classe trabalhadora, que gera produção de riquezas sem poder se apropriar daquilo que lhe caberia por direito”. E quanto não tinham mais condições físicas de trabalhar os operários eram excluídos, e sem condições de se manter pois os operários presenciavam a miséria e escassez, deste modo, o problema vem se tornando numa expressão da questão social, tornando a velhice cada vez mais emergente.

Os séculos foram marcados pela precariedade e ausência de recursos; o desenvolvimento tecnológico que ainda precisava avançar para dar sustentação a ciência e medicina, no intuito de fortalecer e suprir as necessidades básicas e sociais da saúde dos indivíduos. O outro ponto são as mazelas que o capital e trabalho inflige na classe operária agregando a velhice como um ser incapaz e descartável.

De acordo com os estudos sobre processo de envelhecimento, essas transformações acarretam um desafio preocupante que está relacionado aos séculos passados. Como se pode ver, cabe compreendermos que esse impacto não deve ser naturalizado, pois é necessário identificarmos as reais questões para suprir as necessidades sociais como um mecanismo do desenvolvimento humano do país.

E com toda essa exploração física e psicológica da força de trabalho, o operário tinha sua saúde gravemente comprometida e não conseguiam chegar nem aos 50 anos ativos

sendo capaz de trabalhar. A partir das lutas por direitos, que os trabalhadores conseguiram reverter essa realidade dolorosa e sofrida.

A luta da classe trabalhadora deu-se, historicamente, na sociedade capitalista, como forma de rebelar-se contra a exploração e opressão proveniente da classe dominante. Desse modo, a luta manifestou-se concretamente através de conflitos que ocorreram no âmbito da produção, inicialmente como ataques contra os próprios instrumentos de produção (MARX E ENGELS, 1998, p.14 apud HONORATO 2009, p.2).

O intuito inicial dessas lutas, tinha como objetivo de cobrar o Estado a efetivação de seus direitos.

A luta da classe trabalhadora expressou, historicamente, um meio de garantir e efetivar direitos numa sociedade pautada na desigualdade social e injustiça. Desse modo, essas lutas contribuíram para concretização de importantes conquistas no âmbito dos direitos (HONORATO 2009, p. 2).

Ao longo da vida do trabalhador ter os direitos sociais assegurados eram mais que uma conquista, mas uma condição de existência, afim de garantir os mínimos sociais para a população no intuito de garantir as necessidades básicas que é um direito universal, garantindo assim os meios de sobrevivência e um salário digno para a manutenção das famílias.

Então podemos conjecturar que os mínimos sociais é um direito do cidadão para suprir as necessidades básicas com caráter de inclusão, permitindo a dignidade do indivíduo independente de sua faixa etária. “Por isso que propor mínimos sociais é estabelecer o patamar de cobertura de riscos e de garantia da sociedade é garantir a todos seus cidadãos. Neste sentido ele é universal e incompatível com a seletividade ou focalismo” (SPOZATI, 1998, p.198).

Honorato (2009, p.2) assinala que “[...] para garantir o direito a saúde, educação, previdência e assistência [...] os trabalhadores somam, assim, suas lutas por melhores condições de trabalho com lutas por proteção social, via políticas sociais”.

Observa-se que as legislações brasileiras referentes aos trabalhadores idosos, era reflexos das lutas sociais na qual podemos destacar a Constituição de 1934 relacionada a previdência, afim de contemplar fatores decorrentes a velhice e sua situação frente ao trabalho e suas consequências. Após trinta e nove anos. Em 1973 foi criada pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) para garantir o direito de pessoas se aposentarem por velhice/idade mulheres com 60 anos e homens com 65. E para os maiores de 70 anos a lei foi criada no ano de 1974. Porém todas essas reivindicações teve um retorno tardio, juntamente com o descaso da mídia que se referiam o movimento como “velhinhos desocupados”.

Após a Constituição de 1988, foram criadas em seguida a Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS (1993) e Política Nacional do Idoso- PNI (1994), o Estatuto do Idoso (2003) a Política Nacional de Assistência Social- PNAS (2004).

Quando esse processo de industrialização se consolida, nos fins do século XIX, a ciência já se encontrava num estágio bastante desenvolvido, quando comparamos às épocas precedentes. Os avanços da medicina e da farmacologia, bem como a melhoria das condições sanitárias nas cidades, já permitiam uma redução significativa do número de óbitos ao nascer e, entre os adultos e das mortes por motivos de doenças infecciosas (PERES, 2007, p. 66-67)

A partir desse quadro, a redução de mortalidade e da natalidade também é devedora do avanço tecnológico ligados a ciência e a medicina e ampliação do seu acesso SUS, tornando a expectativa de vida cada vez maior não só no Brasil, também no mundo.

Rosa (2014), relata que a Política Social surgiu para garantir e efetivar os direitos da população, resultado da luta da classe trabalhadora, e que surgiu antes do neoliberalismo⁵. Na atual conjuntura essa política está rodeada de contradições causadas pela focalização e consequente ampliação do empobrecimento, tornando os direitos privatizados e impactando nas Políticas Sociais.

Antes das lutas operárias de acordo com Peres (2007, p.67) “[...] os velhos eram meramente retratados a tragédia humana, resultantes da exploração capitalista, os velhos eram vistos com nenhuma produção de riquezas, e isso acarretava numa vida miserável”.

[...] as políticas sociais implementadas, no contexto neoliberal, apresentam-se de modo extremamente focalizada, seletiva e compensatória. Percebeu-se ainda que a forma de ação do Estado desempenha um movimento na contramão as necessidades da classe trabalhadora, subsidiando os elementos jurídicos-normativos para a exploração da força de trabalho pelos capitalistas (PATRICIO, SILVA, 2018, p.7).

Tornando os direitos sociais cada vez mais compensatórios e temporários, as políticas sociais contemplam, exclusivamente, os pobres dos mais pobres. Neste contexto, notamos as fragilidades das políticas públicas voltadas para a população idosa.

O Estado torna seletivo o ato de envelhecer e apesar de termos tido avanços na conquista de direitos, com a Política Nacional do Idoso 25 (Lei 8.842/94) e o Estatuto

⁵ [...] pois desde 1990 o neoliberalismo vem tomando proporções um tanto assustadoras, seja com a desregulamentação das leis trabalhistas, precarização e degradação do trabalho, ou com a flexibilização das condições vitais de existência e anulação das políticas sociais vistas em âmbito universal (SOARES, 2016, p.7).

do Idoso (Lei 10.741/2003), essas leis não garantem que todos tenham acesso as Políticas Públicas. Se tratada de maneira individualizada a velhice se fragiliza ainda mais, e suas questões passam a não ser somente conta do Estado mais também, e principalmente, do Capital. Sendo assim, as classes sociais enfrentam de maneira diferente esse estágio: quem tem condições para obter serviços que suavizam os impactos do envelhecimento, reinserindo-se mais facilmente na sociedade (o que não quer dizer que estão isentas de passarem situações conflituosas) e de outro lado os desvalidos, que ficam à disposição do Sistema de Proteção Social ineficiente, lutando pelo direito de ser reconhecido como sujeito (ALMEIDA 2017, p. 42).

Nesse sentido, é necessário tomarmos conhecimento dos direitos conquistados pela classe trabalhadora, e nós como futuros profissionais temos que nos posicionar, ter uma visão crítica e interventiva respaldados na ética da profissão na qual está posta a defender os direitos dos sujeitos sociais.

Neste contexto, percebemos a precariedade da falta de recursos e condições mínimas que os profissionais lidam todos os dias, porém é necessário trabalhar com os recursos que estão postos e tencionar para ampliação e universalização das políticas sociais. Cabe aos profissionais tentar superar as fragilidades e buscar inovar estratégias para efetivar os direitos sociais. No item a seguir iremos trabalhar o envelhecimento na sociedade capitalista e as consequências que a Reforma Previdenciária irá causar se aprovada.

2.4 Envelhecimento na Sociedade Capitalista e as consequências da Reforma Previdenciária

Netto e Braz (2008), caracterizam o capitalismo, como exploração do capitalista ao trabalhador, onde o trabalho representa lucros somente para o capital, a modo que o trabalhador continua sendo desvalorizado pelo próprio sistema, apesar de ser imprescindível sua força de trabalho na sociedade, com os lucros voltados apenas aos burgueses.

O envelhecer numa sociedade capitalista nos traz vários fatores para serem refletidos e pensados, tendo em vista que todos passarão por esse processo natural, consequência da vida humana de nascer e morrer. Porém no século atual, a velhice é vista como algo negativo e irrelevantes pelo próprio conceito que o sistema capitalista impõe na sociedade.

É inegável que com o passar do tempo a velhice impeça-o de realizar atividades que na juventude faria com maior facilidade como por exemplo, o trabalho forçado.

Numa sociedade que é caracterizada pelo poder e pelo capital, o idoso se torna uma trava no desenvolvimento desconsiderando toda a contribuição social que este deram

ou ainda dão a produção de bens, serviços e conhecimentos (SCORTEGAGNA, OLIVEIRA, 2012, p.02,03).

As autoras (2012, p. 02) afirmam que “[...] os idosos apesar de apresentarem algumas limitações e fragilidades, não significa sua incapacidade em realizar suas tarefas e deveres [...]”, atribuindo essa faixa etária como melhor idade, ou melhor vida pelo motivo de não precisar mais vender sua força de trabalho e prover seu sustento pessoal e familiar.

Oliveira e Doronin (2017, p.06) evidenciam que “[...] desta forma a sociedade capitalista atribui ao idoso como um ser que não possui mais utilidade, devido a não colaborar com o processo de acumulação de riqueza [...]”. Isto é, o capitalismo impõe a pessoa idosa como um indivíduo que já teve sua contribuição através de sua força de trabalho, deixando o termo ativo para tornar passivo. “[...] Assim essa lógica capitalista transforma as pessoas em mercadoria, e os idosos em mercadorias desvalorizadas e descartáveis (OLIVEIRA, DORONIN 2017, p. 06), principalmente no contexto neoliberal.

[...] é notório que as lutas da classe trabalhadora historicamente contribuíram para a construção e efetivação de direitos. Contudo, com o predomínio do neoliberalismo a intervenção do Estado na área social é restringida ocorrendo diversas privatizações, a lógica mercantil passou a dominar o acesso a bens e serviços, entre outras mudanças. Entretanto, Os ideais neoliberais influenciaram não somente a esfera estatal e econômica, mas todas as esferas sociais, inclusive a luta da classe trabalhadora (HONORATO, 2009, p.8).

Vale salientar que as políticas sociais também são vítimas das ofensivas neoliberais, do governo de direita e do plano econômico. Lembrando que o “[...] objetivo das políticas sociais, que não mais se reduzem à mera supressão da miséria pela caridade pública, mas têm como horizonte a modificação do padrão total de desigualdade social, ao proporcionar a todos os cidadãos” (LEITE, 1991, p.121).

Esses caráter limitado do Estado neoliberal e o congelamento de gastos públicos, fortalece a dinâmica do preconceito de raça, cor, e estereótipos, que oprimem, negros, mulheres, e que precisam ser mais discutidos, debatidos, pois todos, tem direitos as políticas públicas; sociais, e previdenciárias.

O novo modelo de Proposta da Reforma da Previdência (PEC 06) se impactará todas as faixas etárias que dependem das políticas públicas e os que ainda irão futuramente, acarretando um total descaso. Estamos vendo nossos direitos aos poucos sendo privatizados.

Nesse esboço, debateremos, de forma introdutória, a Reforma da Previdência apresentada pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC 06) apresentada pelo Ministro da

economia Paulo Guedes e o atual presidente da república Jair Bolsonaro, em fevereiro de 2019. A real função da Reforma da Previdência não é trazer melhoria para toda a classe trabalhadora, e quando essa função se opõe a não efetivar o bem estar da população, acaba se tornando uma contrarreforma⁶, afligindo todos os direitos sociais da população, a modo de dificultar o acesso da geração futura, colocando o país em uma instabilidade financeira, econômica e social.

Na contemporaneidade as condições de assalariamento no mundo do trabalho, é um processo complexo que se encontra em pleno processo de precarização e flexibilização, onde falta capacitação para os profissionais, instrumentos de trabalho, meio de trabalhar para efetivar os direitos dos usuários onde o trabalhador está cada vez mais tendo seus direitos privatizados e violados, o que interfere diretamente na qualidade do trabalho Raichelis (2011). A Proposta da Emenda à Constituição fere a classe trabalhadora de forma mais violenta, é baseada em pensamentos, preconceituosos, que contradiz com a regulamentação da Constituição Federal de 1988, que de forma dolorosa foram conquistadas pela classe trabalhadora.

As principais justificativas dada pela proposta da Reforma da Previdência refere-se ao envelhecimento acelerado de pessoal com mais de 50 anos e que necessita de políticas particularizadas e revisão previdenciárias para “cortar privilégios” que consome mais da metade do orçamento público deixando um rombo e dívidas para o governo.

A Reforma da Previdência vai impactar a população idosa fazendo com que contribua mais, e tenha sua velhice comprometida, levando as famílias brasileira a ficarem em situações indignas de desproteção social, impedindo os trabalhadores de alcançar seus direitos sociais previstos pela Constituição Federal de 1988. A seguir, contextualizaremos os principais eixos do projeto da Reforma da Previdência, que poderá ser alterado a depender das instâncias de aprovação.

A proposta inconstitucional do governo altera a idade mínima de aposentadoria o que antes era de 60 anos para mulheres e 65 anos para homens, tendo uma contribuição mínima de 15 anos. Castelani e Gercina (2019) apontam as principais mudanças da nova proposta onde requer idade mínima 65 para homens e 62 para mulheres e contribuição de 15 anos para mulheres e 20 anos para homens. E os trabalhadores homens que já estão contribuindo com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) poderão se aposentar com 15 anos de contribuição e se a pessoa não tiver idade mínima ela não aposenta com o valor integral do salário o

⁶ A contrarreforma é o oposto que a PEC 06 está sugerindo, na Reforma da Previdência essa concepção nos atinge como cidadão, trazendo uma série de agravantes e privatizações na sociedade brasileira (SARAH GRANEMANN, 2017).

trabalhador homem terá que contribuir com 40 anos e mulher com 35 anos, mudando as regras do cálculo da aposentadoria e do benefício da população. E quanto mais a população idosa cresce, o nível de contribuição aumenta.

Os idosos da zona rural também serão afetados, hoje são 55 anos para mulheres e 60 para homens, com tempo mínimo de atividade rural de 15 anos, com a proposta ficará para homens 60 anos com contribuição mínima de 20 anos e mulher 55 anos com tempo de contribuição de 15 anos, desde que comprove com declaração, afetando todos os trabalhadores que dependem de sua produção própria de renda.

No cálculo dos pontos para regra de transição de forma integral, caso a reforma for aprovada será somada a idade mínima mais tempo de contribuição, para as mulheres a soma tem que ser de 86 pontos, que deverá chegar aos 100 pontos até 2033 com mínimo de 30 anos de contribuição, para os homens os pontos terão que somar 96 e até 2028 terá que alcançar os 105 pontos com mínimo de 35 anos de contribuição, ou seja, a cada ano aumentará um ponto, que ocorrerá durante 14 anos para mulheres e 9 anos para homens

Pensão por morte, antes da reforma as viúvas recebiam 100% de salário, depois da reforma, esse valor terá uma redução para 60% e mais 10% para cada pessoa que depende do salário, e quando esses dependentes atingirem a maioridade terão o benefício cortado⁷.

O governo justifica que o motivo da reforma da previdência é porque a economia está sofrendo um rombo nas contas públicas, e que é necessário a reforma, no entanto é notório que o rombo ocorrerá se a proposta for aprovada, vai chegar a um ponto que as pessoas irão envelhecer e não terão como vender sua força de trabalho e não terão proteção social digna para sua sobrevivência. Essa proposta de reforma assim como as outras é um verdadeiro retrocesso dos direitos já conquistados pela classe trabalhadora, tendo propostas continuadas só que cada vez mais agressiva, distanciando os trabalhadores de alcançar os direitos sociais, e privilegiando os mais ricos.

Mas o problema econômico no Brasil não é pela crescente população idosa, mas o sistema de capitalização, camuflando assim a real intenção do Estado. Nesse sentido a PEC propõe combater fraldes previdenciária e ajustar a economia do país. “Entendendo que a reforma do Estado diz respeito às relações entre Estado e a Sociedade Civil, o governo considera

⁷ Todos os dados relacionados a Reforma da Previdência se encontra nos seguintes endereços: Disponível em>> <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/07/05/reforma-da-previdencia-entenda-ponto-a-ponto-a-proposta-que-vai-ao-plenario-da-camara.ghtml>. Acesso em 31 de Agosto de 2019. Disponível em>> <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/confira-ponto-a-ponto-a-reforma-da-previdencia-aprovada-na-camara.shtml>. Acesso em 31 de agosto de 2019.

que o Estado deve deixar de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social [...]”. (IAMAMOTO, 1998, p.120).

Com o argumento que o país consome mais que produz, tendo um grande índice de dívida pública, a PEC defende a ideia do regime de capitalização e responsabilização individual.

O Estado almeja tirar sua responsabilidade e passar para as empresas privadas, tornando o público limitado para toda a população que necessita dela, “[...] para se tornar promotor e regulador desse desenvolvimento, transferindo para o setor privado, as atividades que possam ser controladas pelo mercado [...]” (IAMAMOTO, 1998, p.120).

A real intenção é entregar a responsabilidade ao regime privatizado dos bancos para obter fundos de garantia para o próprio cidadão como uma espécie de poupança individual, barrando assim os benefícios públicos aos usuários e o regime solidário na atual conjuntura do país.

Portanto o que vemos é um Estado que se utiliza do fundo dos trabalhadores para investir em parcerias que visam beneficiar a classe burguesa. Há diversas situações em que mesmo atestando incapacidade para o trabalho, pessoas não conseguem acesso ao benefício, que é seletivo. Precisamos entender o motivo pelo qual mudanças tão importantes estão sendo cogitadas na legislação previdenciária, pois em nenhum momento considera-se o bem estar do trabalhador, mas sim do capital (ALMEIDA 2017. p. 21).

Ou seja, a proposta não vai combater a desigualdade, muito menos os privilégios, quem vai sofrer são os pobres que terão suas aposentadorias extintas que infelizmente irá colocar milhões de brasileiros na miséria, dando lucros apenas aos bancos de pensões de empresas privadas. “Isso vai traduzir na generalização da privatização das empresas estatais e na publicitação dos serviços de saúde, educação e cultura, tornando possível que o Estado, abandone o papel de executor direto desses serviços [...]” (IAMAMOTO, 1988, p.120-121).

O redator, Macedo (2019), conta que “[...] a Constituição de 1988 traz espalhadas em seu corpo, normas que traduzem políticas públicas tendentes a superar a desigualdade histórica que marca a sociedade brasileira”. No entanto, essa proposta inconstitucional fere os princípios estabelecimentos pela Constituição de 1988 desregularizando as leis e reproduzindo a desigualdade na qual o governo diz combater.

Fica evidente a intenção de desmontes dos direitos sociais da população brasileira, em especial do desmantelamento da Seguridade Social, quebrando a relação entre Estado e Sociedade, incluindo a privatização através do mercado, tornando as políticas públicas e sociais vítimas de um governo de direita que não pensa na universalidade para todos.

No capítulo II da Seguridade Social, dentro da Constituição Federal de 1988, no artigo 194, dispõe que “[...] a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. No parágrafo único do capítulo II da Constituição Federal que caracteriza a Seguridade Social no artigo 194 traz os seguintes objetivos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços ofertados;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - equidade na forma de participação;
- VI - diversidade da base de financiamento;
- VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Diante da proposta da PEC 06, é notório, que a proposta fere todos os níveis de direitos e leis que amparam a pessoa idosa e todo o segmento de baixa renda.

O governo argumenta a necessidade imediata dos cortes e gastos, porém os que mais serão afetados são os pobres e idosos, causando degradação e desigualdade social. Vale dizer ainda, que outras políticas também serão afetadas pela reorganização do estado capitalista criminalizando as lutas da classe trabalhadora e a importância desse movimento social. Neste contexto, iremos apresentar alguns fatores sobre a importância da Seguridade Social para a população.

A Seguridade Social representa as lutas da classe trabalhadora, tornando assim possível a efetivação dos direitos sociais e comunitários da classe trabalhadora, fortalecendo e ampliando a universalização, promovendo inclusão da população que necessita das políticas.

Portanto Almeida (2017 p.21) destaca que “[...] a Previdência Social é um direito garantido para assistir trabalhadores ou seus dependentes e também para viabilizar o combate à pobreza, via transferência de renda”.

Todavia esse processo se faz numa lógica de assistencialização de mínimos sociais, nas políticas de acesso à renda, e de precarização de serviços, mesmos os formalmente universais, como a saúde pública, considerando que sua implementação ocorre numa conjuntura adversa às conquistas constitucionais, como a crise da solidariedade social,

administrada pelo Estado, avanço do neoliberalismo como princípios político-ideológicos e econômicos de organização da vida social (TEIXEIRA, 2007, p. 03).

Soares (2006, p.11) destaca que “[...] através de muita luta da classe trabalhadora, hoje assistimos aos direitos sociais serem diminuídos, mesmo que sejam de forma mínima”. E com o passar dos tempos ficará cada dia mais difícil para a classe trabalhadora.

Embora, essa lógica de mercado exclua inúmeras pessoas do acesso a bens e serviços, é ela que tem sido amplamente difundida, levando os indivíduos a se culpabilizarem por sua situação de miséria. Nessa busca cotidiana por suas garantias individuais, diversos sujeitos naturalizam suas condições subalternizadas e consideram perda de tempo as reivindicações, ou mesmo não acreditam que elas possam modificar a atual situação, gerando um verdadeiro imobilismo (HONORATO, 2017 p.

Nesse sentido, percebe-se que o processo de envelhecimento vem acompanhado de agravantes, relacionados a frustrações e aceitação, no qual o idoso se encontra obrigado a se adequar. Leite (2017, p.159) afirma que “[...] a exclusão social do idoso não pode ser vista isoladamente. Não é uma problemática ligada apenas a velhice, mas também a classe social”. É nesse sentido que Zimmerman (2000) faz um alerta dando uma outra possibilidade de interpretação, ao considerar a dimensão objetiva e subjetiva dos fatos, para que toda a forma de preconceito seja superada⁸.

Isso significa que essa proposta fere a possibilidade de uma velhice digna e justa e está diretamente relacionada com a proposta de desregulamentação do trabalho e flexibilização das leis trabalhistas. Num país que a expectativa de vida é de 76 anos, aposentar-se nos dias atuais passará a ser visto como um direito pré-morte, na qual deveria ser visto como direito social a toda a população no Brasil que garanta e assegure a pessoa chegar na velhice com uma renda garantida, quando sua força de trabalho não for o suficiente para suprir as necessidades pessoais e familiar.

Nós como futuros Assistentes Sociais, precisamos nos posicionar contra essa reforma defendendo o V e IV Princípios Fundamentais do Código de Ética com “V-posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso

⁸ “[...] Estamos passando às novas gerações valores distorcidos e ideias que não condizem com a realidade. É preciso parar de associar velhice com doença, morte, passividade física e mental. Se os jovens de hoje tiverem uma outra percepção da velhice, certamente começarão a passar para seus filhos e netos uma perspectiva diferente, mais otimista e de acordo com a realidade. Tenho a esperança de que, quando as novas gerações atingirem a terceira idade, o mundo as receberá de uma forma muito mais digna e positiva, que elas mesmas construíram” (ZIMMERMAN 2000, p.68).

aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como a sua gestão democrática.”(CFESS 2012, p.23), o IV- princípio visa “[...] articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste código e com a luta geral dos trabalhadores” (CFESS 2012, p.24). O próximo item visa trabalhar os direitos sociais e a assistência social no Brasil bem como os grupos de convivência e a experiência de estágio supervisionado na Assistência Social.

3 OS DIREITOS SOCIAIS E A ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

Neste capítulo iremos tratar sobre os Direitos Sociais e a Assistência Social brasileira abordando a formação da Assistência Social brasileira com a finalidade de contextualizar o CRAS como equipamento de efetivação dos direitos sociais, abordando os Serviços e Grupos que a unidade oferece. Por fim trazer a vivência do Estágio Supervisionado em Serviço Social e suas contribuições para a formação profissional.

3.1 Formação Histórica da Assistência Social Brasileira: Breves Abordagens

A Assistência Social teve sua formação histórica no século XVIII baseada em caridades ligada à Igreja Católica e sua religiosidade. Oliveira (2005, p.25) salienta que “[...] na história da humanidade, a assistência aparece inicialmente como prática de atenção aos pobres, aos doentes, aos miseráveis e aos necessitados, exercida, por grupos religiosos ou filantrópicos”. Vale ressaltar que a gênese da assistência social foi baseada em instituições de caridade e ajuda, em “Santas Casas de Misericórdia”. No decorrer do tempo, a mesma foi se estendendo e passou a ser caracterizada com um direito, sendo responsabilidade primária do Estado. “Ela é antes de tudo, um dever de ajuda aos incapazes e destituídos, o que supõe uma concepção de pobreza enquanto algo normal e natural ou fatalidade da vida humana” (OLIVEIRA, 2005, p.25).

Voltando as questões abordadas no capítulo anterior, notamos que esses acontecimentos históricos e sociais da Assistência Social na Era Vargas, foram marcados por volta de 1934 na Constituição. Com a criação da Lei Brasileira de Assistência (LBA) pela primeira dama Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, com o objetivo de dar assistência a população que necessitava de doações e assistencialismo. Silva e Silveira (2017), mostram que neste período os atos filantrópicos das entidades religiosas não tinham leis que as legitimasse, e que no decorrer dos anos, foram criadas leis e diretrizes para as pessoas que necessitam, não mais como forma de caridade, mas com um ato de direito universal. No entanto, só em 1988 com a Constituição Federal que temos a regulamentação, reconhecimento e legitimação dos direitos pelo Estado, através da participação dos movimentos sociais.

Isto significa que “[...] historicamente e durante muito tempo, o direito à Assistência Social foi substituído por diferentes formas de dominação, marginalização e subalternização da população mais pobre” (OLIVEIRA, 2005, p. 25).

Como dito anteriormente, com a Constituição Federal de 1988 foram criadas e regulamentadas as leis com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), fortalecendo a Seguridade Social (Saúde, Assistência e Previdência) e toda a população. A partir daí foram criados o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com objetivo de materializar as normas de diretrizes da LOAS, sendo criado também a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOBRH) no ano de 2003 e a Proteção Social Básica e Especial, na qual seu equipamento de efetivação de direitos é o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

O artigo I do NOB/SUAS (2012 p.16) expõe que a Política de Assistência Social “[...] se caracteriza pela proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, organizando-se sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS”. O art. 2º estabelece os objetivos do SUAS:

I - consolidar a gestão compartilhada, o financiamento e a cooperação técnica entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva e garantem os direitos dos usuários; II - estabelecer as responsabilidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social; III - definir os níveis de gestão, de acordo com estágios de organização da gestão e ofertas de serviços pactuados nacionalmente; IV - orientar-se pelo princípio da unidade e regular, em todo o território nacional, a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades quanto à oferta dos serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social; V - respeitar as diversidades culturais, étnicas, religiosas, socioeconômicas, políticas e territoriais; VI - reconhecer as especificidades, iniquidades e desigualdades regionais e municipais no planejamento e execução das ações; VII - assegurar a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios; VIII - integrar a rede pública e privada, com vínculo ao SUAS, de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social; IX - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social; X - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; XI - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos como funções da política de assistência social (NOB-SUAS, 2012, p.16).

De acordo com o artigo acima, o SUAS tem o objetivo de consolidar a gestão articulada pela União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afim de articular a proteção social e os modos de garantias dos direitos da população usuária. Tendo a Constituição de 1988, como responsável legal da concretização da Assistência Social como direito social, corroborando com o fortalecimento da proteção social, resultados das lutas sociais.

Na contemporaneidade, temos uma série de contradições e sucateamento dirigidas pelo Estado Neoliberal que impactam as políticas sociais e criminalizam as manifestações da

classe trabalhadora, principalmente os que necessitam destas políticas, ao passo que a má distribuição de renda é produto do sistema capitalista que produz e reproduz as relações sociais. Para compreender a Política de Assistência é necessário evitar o simplismo e as repetições na análise da realidade, Sposati (2013) elabora a crítica a robotização implantadas nos espaços sócio ocupacionais.

O princípio da robotização do trabalho de ponta impede que o profissional pense, expresse suas observações e tenha espaço para analisar a realidade local. A robotização - no âmbito de profissionais analistas do serviço social, tem uma das piores expressões, pois este é um agente terminal das políticas sociais (isto é, sob uma leitura verticalizada e imperativa do processo de trabalho) -, ocorre na sala do médico, na sala da enfermagem, na sala do CRAS, quando ali não se realiza, de fato e de direito, uma relação ética de respeito e dignidade (SPOSATI, 2013, p. 14).

E esse processo inserido no agir profissional “[...] desumaniza o usuário do serviço, pois este é coisificado, sendo reificado como mais um número, mais um prontuário. E acaba sendo naturalizando essa realidade no exercício profissional minimizando suas condições de trabalho. “Em linguagem fenomenológica, ele entra em suspensão, não aterra, não se territorializa não é parte do todo com quem convive cotidianamente” (SPOSATI, 2013, p. 14-15).

Como dito anteriormente, foi somente, através da Constituição Federal de 1988 que “[...] temos a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social LOAS (1993), inscrita na lei 8.742, estabelecendo normas e critérios para organização da assistência social” (MDS, LOAS, 2009, p.4).

A Constituição de 1988 representa um importante estuário das lutas pelos Direitos Sociais no Brasil, já que a sociedade civil estava presa por 20 anos de ditadura. O resultado desses anos de arbítrio manifestou-se na Constituição. Pela primeira vez a sociedade civil experimentou a oportunidade de articular sua participação na elaboração de uma Constituição, participando, através dos movimentos sociais organizados, seja por intermédio dos partidos políticos, seja através de suas diversas entidades e associações, com ampla liberdade de imprensa e da mídia (MORETTO, 2008, p. 35).

No governo de Lula 2003/2006 a Secretaria Nacional de Assistência Social e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) regulamentam a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), esta política foi a responsável pela implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), resultando em uma proteção social, na qual deriva um sistema unificado, como forma de universalidade, visando a garantia dos direitos

através da inclusão social. O SUAS estabelece a Proteção Social em dois parâmetros: a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

No entanto a Constituição 1988 já foi criada em meio as lutas e movimentos sociais, considerando que “[...] o tripé da seguridade social juntamente com a saúde a previdência social, são fatores pertinentes da Assistência Social, na qual aponta para a sua articulação com outras políticas do campo social (...)” (NOB-SUAS 2005 p.19). Sendo a Seguridade Social parâmetro que assegura direitos da população que necessita dela, como previdência, saúde e Assistência Social, ou seja, a Seguridade Social amplia o acesso a todas as políticas disponíveis para a comunidade.

Como consta nas Normas do SUAS, a proteção social básica é operada excepcionalmente por uma unidade do CRAS de acordo com o porte do município. Sendo assim, a proteção social básica é caracterizada pelo caráter preventivo, na qual consistem em ofertar serviços, programas, projetos, afim de contemplar os serviços.

A Proteção Social Básica é desenvolvida através serviços e projetos com caráter individual e familiar afim de intervir nas expressões da questão social, decorrentes da pobreza e mazelas na qual a família se encontra, afim de suprir as necessidades e fragilidades sociais e comunitárias causadas pela ausência e rendas, privação e falta de promoção aos programas e serviços, a orientação e o convívio da família no âmbito social. O público alvo desses serviços são as famílias, crianças/adolescentes, jovens e idosos. É considerada como porta de entrada para efetivação desses direitos.

Por outro lado, a Proteção Social Especial compreende a Média Complexidade e Alta Complexidade e são serviços de âmbito particularizado e especializado ofertados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), voltadas ao apoio, acompanhamento, acolhimento de caráter emergencial com articulação com outras redes como o CRAS, Conselho Tutelar, Escolas, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), como designa as Normas Operacionais Básicas do SUAS (2005). O público alvo são as famílias, e todas as faixas etárias que já tiveram/estão com seus direitos violados, trabalho infantil, violências sexuais, físicas, psicológicas e moral.

A proteção social básica e especial são serviços pertinentes aos CRAS e CREAS e “[...] se organizam de forma a garantir aos usuários o acesso dos direitos socioassistenciais, como: ouvidoria, centros de referência e devem conter normas sobre o funcionamento para o acesso aos benefícios”. (NOB-SUAS 2005 p.19). Após o esboço, em linhas gerais, da formação histórica da Assistência Social, no próximo tópico, iremos tratar sobre o Centro de Referência

de Assistência Social como equipamento de efetivação dos direitos sociais da população usuária.

3.2 O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) como equipamento de efetivação dos direitos sociais

O CRAS é uma unidade pública, sua implantação se caracteriza em locais estratégicos com um número representativo de famílias em condição de vulnerabilidades sociais e privatizadas dos direitos com o objetivo de possibilitar o acesso às famílias aos seus direitos sociais com ações de âmbito protetivo, preventivo e proativo⁹.

Partilhando desse mesmo segmento, o Ministério de Desenvolvimento Social (NOB-SUAS, 2012 p.34) designa que “[...] a capacidade de referenciamento de um CRAS está relacionada ao número de famílias do território, à estrutura física da unidade e à quantidade de profissionais que atuam na unidade”. Nesta pesquisa, investigamos as ações desenvolvidas no âmbito do CRAS voltadas para a pessoa idosa, no entanto, decidimos não identificar o município, visto que o mesmo é uma cidade de pequeno porte e poderia comprometer os profissionais que participaram da entrevista, ferindo assim, o sigilo e a ética da pesquisa. Sem a identificação do lócus do CRAS, optamos em ilustrar o equipamento em que as atividades são desenvolvidas.

O CRAS em questão está situado no mesmo prédio dos Conselhos de Direitos¹⁰ que estão em funcionamento e da Secretaria de Assistência Social (SEMAS). No local trabalham a Secretária do Município, Secretária Executiva e Secretária Adjunta.

⁹ O caminho que a proteção social básica precisa percorrer consta Capacita SUAS/PE volume 2, p.7 consiste em: Caráter preventivo: Prevenção e redução das questões que ameaçam desenvolvimento considerando os ciclos de vida, a dignidade humana e o núcleo familiar;

Caráter Protetivo: Resguardar direitos e promover o acesso as conquistas contempladas nos amparos legais;

Caráter Proativo: Posicionamento que transformem indignidades em atitudes concretizando assim, discussões relacionadas a prevenção e proteção dos usuários. Disponível em:

<https://www.sigas.pe.gov.br/files/08172016105217-pptecao.social.basica.carpina.mod.2.lidia.lira.pdf>

Acesso em: 01 de junho de 2019.

¹⁰ Os Conselhos Municipais não serão trabalhados nesta pesquisa, porém é importante destacar seu vínculo com o CRAS por trabalharem os diversos segmentos e faixas etárias para melhor atender o usuário. No espaço trabalham a Secretária Executiva da Sala dos Conselhos e a Coordenadora da Sala dos Conselhos. Os conselhos são divididos em 7 que são eles, Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal dos Direitos os Idoso (CMI), Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMPEDE), Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (COMAD), Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

A unidade de um CRAS em um município não está pautada apenas em sua implantação, mas nos critérios operacionais básicos do SUAS criado pelo Ministério de Desenvolvimento Social. Conforme a NOB-SUAS (2012 p.19) existe uma cooperação técnica que “[...] assumem responsabilidades na gestão do sistema e na garantia de sua organização, qualidade e resultados na prestação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais que serão ofertados pela rede socioassistencial”.

Quanto aos princípios organizativos do SUAS, são estabelecidos cinco formas de proteção como: universalidade, gratuidade, integralidade da proteção social, intersetorialidade e equidade. Vejamos:

I universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição; II gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso; III integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; IV intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais; V equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social (BRASIL 2012, p.16).

Refletindo sobre a citação acima, percebemos que temos muito que avançar, principalmente na universalidade das políticas públicas, pois na conjuntura atual a demanda se torna cada vez maior, recuando as políticas e fragilizando o pressuposto da universalidade abrindo espaço para a individualidade e focalização das políticas sociais.

A gratuidade proporcionada para a pessoa idosa, em relação ao Estatuto do Idoso, visa particularizar pessoas com 65 anos ou mais. De acordo com minhas experiências, é notável uma grande procura de informações para adquirir a “carteira do idoso” por parte dos idosos, e que de fato são umas das proteções art.39 do Estatuto do Idoso “[...] fica assegurada a gratuidade dos transporte coletivo públicos para pessoas acima de 60 anos, e para idosos entre 60 e 65 anos fica a critério dispor a gratuidade, e desconto de 50% do valor da passagem em sua comprovação de idade (BRASIL 2003 p.25-26)”.

Em relação a integralidade da proteção social, percebe-se como um conjunto de serviços afim de integrar e potencializar os serviços destinados a toda a população usuária do CRAS. Precisamos considerar a importância da intersetorialidade para desenvolver o trabalho de articulação entre as redes do município para melhor efetivação dos direitos da população. O

CRAS deve ter parcerias com outras instituições e secretarias, com finalidade única de ampliar o acesso aos usuários para atendimento à população do município.

A equidade é a continuação de todos os fatores de proteção com respeito a diversidade, independentemente de sua cor, raça, cultura, etnia, que não seja pautada numa visão de caridade, mas reconhecer o direito de cada indivíduo, a partir de um olhar crítico, reflexivo e conjuntural das demandas emergentes da população.

E como podemos observar, para que essas normativas sejam direcionadas para efetivação dos direitos, são necessárias condições de trabalho adequadas, autonomia e profissionais qualificados que tenham clarezas de suas ações para intervir nos direitos fundamentais da proteção social do SUAS.

Quanto a equipe de referência do CRAS, o PNAS estabelece que é importante ressaltar a responsabilidade do Estado em ofertar proteção social. Por isso, o SUAS prevê a necessidade de equipes multiprofissionais para o planejamento e a execução dos serviços socioassistenciais.

Após análise documental pude perceber que dos 40 profissionais que trabalham no CRAS/CREAS apenas 12 são concursados e na equipe de referência composta por quatro profissionais, apenas 1 é concursado.

Ceolin (2014) destaca que o assalariamento do trabalho se expande e se generaliza, constituindo um novo modo de vida social. O autor classifica como uma forma de trabalho alienada e imprevisível, ao mesmo tempo que cresce, alastra-se, devido “[...] a propriedade privada dos meios de produção afim de separar os produtores dos instrumentos necessários à produção impõe aos vendedores da força de trabalho a produção [...]” (CEOLIN, 2014, p.7-8).

Pela alienação de sua capacidade de trabalho por determinado tempo, o trabalhador recebe um salário para reconstituir e manter sua capacidade produtiva, garantindo assim a continuidade da oferta da força de trabalho quando o capital dela demandar. (CEOLIN, 2014 p.8).

A relação entre Estado e sociedade relacionam-se com as contradições que envolvem capital e trabalho bem como preconiza Ceolin (2014, p.12) que “as transformações no mundo do trabalho têm alterado as relações entre Estado e sociedade, redefinindo o papel dos Estados nacionais e alterando a constituição de seu sistema de proteção social [...]”. Ao analisar a conjuntura atual carregada de retrocessos e desproteção social, Santos (2010) pondera que o sistema do capital constitui as relações sociais fundadas na exploração do trabalho e na

reprodução permanente da desigualdade social. Essas tensões refletem nas condições do agir profissional, como pontua Iamamoto (2012).

Nesse contexto, as condições concretas para o trabalho profissional estão cada vez mais tensionadas pela ampliação de serviços e de demandas, mas sem a correspondente designação de recursos materiais, financeiros e humanos necessários à manutenção da qualidade do que é prestado à população usuária. Isso acaba impactando nas condições para o exercício profissional, pois as instituições sociais são mediações fundamentais para a participação do Serviço Social no atendimento das demandas incorporadas pelas políticas sociais. Tem-se, portanto, repercussões para as relações de trabalho dos/as assistentes sociais, como também para o exercício de suas atribuições, o que irá repercutir diretamente nos serviços prestados (IAMAMOTO, 2012, p.19).

Santos (2010, p.19) corrobora com a autora, expondo que “é um projeto, portanto, que se alimenta da realidade e busca fortalecer em cada situação concreta as possibilidades que emergem do solo profundo das contradições”. Essas condições contrárias as lutas dos movimentos sociais para o fortalecimento das políticas sociais, vai na contracorrente da sociedade burguesa, pois a universalização não está aliada as demandas do mercado.

Por esse motivo que atuar na contramão da conjuntura atual, exige a consolidação das garantias diretas de trabalho uma vez que “exige a reflexão crítica permanente e a elaboração de estratégias cotidianas. Se opor a certa situação, pode ser fatal, porém mais do que nunca precisamos estar atentos e fortes para não sucumbir ao conformismo e às falsas polêmicas” (SANTOS 2010, p.19). Como pontua a autora, estamos presenciando uma situação delicada relacionadas as condições de trabalho profissional, repercutindo diretamente na vida dos usuários dos serviços.

Lembrando que nosso objetivo aqui não é abordar o que achamos sobre a questão, mas mencionar as prerrogativas básicas do SUAS como forma de explicitar que a garantia e eficácia nos serviços prestados à população referenciada dependem da execução das exigências materializadas no SUAS. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS,2004) os CRAS's podem oferecer aos usuários:

- Programa de Atenção Integral família (PAIF).
- Programa de inclusão produtiva de enfrentamento a pobreza.
- Centro de convivência para idosos.
- Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para defesa dos direitos da criança.
- Serviços socioeducativos para as crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 06 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

-Centro de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos. (BRASIL, 2004, p.3).

O PAIF é um serviço que consiste no trabalhos com famílias que participam dos serviços do CRAS, sendo impossibilitado uma unidade atuar sem um Programa Integral voltado à família. De acordo com a Cartilha do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF (2016), cabem ao CRAS duas funções exclusivas como forma de articulação entre os serviços: a gestão territorial e execução do PAIF.

A gestão territorial responde à diretriz de descentralização político administrativa e tem por objetivo atuar preventivamente. Ao disponibilizar as ofertas e concretizar o referenciamento dos serviços ao CRAS, este se torna uma referência para a população local e para os serviços setoriais (BRASIL, 2016, p.8).

No PAIF situado neste CRAS, realiza encontros através de oficinas que permeiam o debate da violência contra a mulher, palestras motivacionais, como por exemplo, dia das mulheres, direitos das crianças, das mulheres, das idosos, entre outros, acontecem uma vez por mês, com objetivo de promover reflexões e trocas de experiências de acordo com a vivência diária das famílias. Essa experiência espontânea permite a identificação do perfil da família além de fortalecer vínculos para o acesso ao direito. O caráter preventivo e proativo define as oficinas do PAIF, pois oportuniza assim, melhores soluções para o enfrentamento e prevenção dos problemas sociais existentes na sociedade.

A execução das atividades do PAIF, tem a finalidade de trabalhar a curto e longo prazo com as famílias, tanto de caráter coletivo quando individual, dependendo da demanda posta, como ações particularizadas ou comunitárias, como forma de acolhida, encaminhamentos, escuta com família e seus representantes, com o intuito de tomar medidas de modo protetivo.

Além do PAIF, O CRAS do município também oferece na zona rural e urbana ações para inclusão do Cadastro Único¹¹, orientação sobre Benefício de Prestação Continuada (BPC), cadastro do Programa Bolsa Família (PBF), benefícios eventuais (BE), através dos eixos estruturantes: matricialidade sociofamiliar e a territorialização na qual são identificados pelo SUAS, através das Orientações Técnicas do CRAS (2009).

¹¹ O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País.

Tendo a equipe “Volante” que é responsável em planejar e executar ações na zona rural, nas associações¹² de difícil acesso com a finalidade de facilitar o acesso das famílias, afim de acompanhar e encaminhar as demandas aos órgão competentes que podem ser: CREAS, PETI, entre outras articulações e ações que são executadas por uma Assistente Social juntamente com Psicóloga e Pedagoga. E cabem aos profissionais fazerem busca ativa, visitas domiciliares, entrevistas, reuniões, trabalhos, projetos, ações e dinâmicas na qual é designado a todas as faixas etárias, principalmente no âmbito da saúde e da educação como forma de interação social entre outras gestões de acordo com as demandas e vulnerabilidades.

As intervenções se dão através de roda de conversa e diálogo que os usuários expõem suas necessidades e os profissionais identificam as particularidades e emergências das famílias residentes nos Assentamentos localizados neste município que atualmente contam com vinte (20) famílias.

Conforme o Caderno de Orientações do PAIF (2016), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, (SCFV) é caracterizado como uma complementação do trabalho social com as famílias do PAIF “[...] que também compõe a proteção social básica, com vistas a prevenir a ocorrência de situações de risco social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários”. (BRASIL, 2016 p.14). No próximo tópico caracterizaremos e contextualizaremos o Serviço de Convivência, afim de conhecer os grupos ofertados e a forma com que são distribuídos.

3.3 O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e os grupos: Breve consideração

O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS (2009) aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014) a trabalhar com Serviços de Proteção Social Básica com os níveis de complexidade de acordo com o SUAS, nas quais estão divididos em 3 modalidades, sendo o primeiro é o PAIF, na qual foi abordado no item anterior, o segundo é o Serviço para Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência e o terceiro e último é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), na qual será o foco do item.

¹² Associação que está se referindo o texto são os Assentamentos das famílias que são atendidas pela Equipe Volante do CRAS do Município, localizados na Zona Rural. As famílias substituíram o nome, por não gostarem de serem referidos como Assentados. As Associações são: Ass. Vitória; Ass. Vale do Providencia, Ass. Padre Expedito, entre outras.

A Tipificação Nacional (2014, p.22) anuncia que para desenvolvimento dos serviços é necessário trabalhar com a “[...] acolhida, orientação, encaminhamentos grupos de convívio, informação, comunicação, defesa dos direitos de caráter protetivo, mobilização e fortalecimento e redes sociais de apoio, entre outros”.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é desenvolvido no espaço do CRAS e tem como finalidade trabalhar com na famílias em situação de vulnerabilidades sociais, com o objetivo de assegurar e executar os direitos socioassistenciais garantindo a Proteção Social Básica na qual está estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Social (CNAS). A Cartilha do PAIF, em âmbito geral, aponta fatores relevantes quanto a formação dos grupos do SCFV:

A formação dos grupos deve respeitar as necessidades dos participantes, levando em consideração as especificidades do seu ciclo de vida. Dessa maneira, no serviço podem ser organizados grupos de crianças, de adolescentes, de jovens, de adultos e de pessoas idosas, a depender da demanda do município ou Distrito Federal [...] (BRASIL, 2016, p.14).

Quanto aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que o CRAS oferece, destacamos:

Gráfico 2: Grupos de Convivências ofertados no CRAS

Grupos:	Público Alvo:	Quant. de pessoas Envolvidas:	Objetivo:	Método de Ação:
Gerar	Adolescentes	15	Elevar auto estima das adolescentes gestantes através de orientações.	Ações que visam trabalhar em parceria com outra redes: Pastoral e Núcleo de apoio.
PROJO VEM	Jovens	49	Estimular a participação para formação de cidadania e integração social.	As ações devem contribuir para a inserção, reinserção e permanência dos jovens.
Integrar	Pessoas até 60 anos	21	Contribuir para ampliação do universo informacional, artístico, cultural, potencialidade para novos projetos de vida	Ações para a potencialidade do convívio grupal, comunitário e social de relações de afetividade, solidariedade.
Conviver	Pessoas a partir de 60 anos	35-40	Promover vivência social e comunitária e qualidade de vida.	Ações desenvolvidas em conjunto que contribuam no processo de envelhecimento saudável.

Fonte: Construído pela autora com base nos dados da pesquisa.

Além de respeitar as necessidades dos participantes, também é imprescindível, a inserção da diversidade de cada indivíduo, ampliando assim a pluralidade das demandas. Considerando que o CRAS atende adolescentes, jovens e idosos, o SCFV divide-se em duas modalidades, parcialmente diferentes porém, continuadas, no qual se inserem as oficinas em grupos e as atividades em grupos ou ações comunitárias, ambas de caráter coletivo.

As oficinas em grupos “[...] são estratégias para tornar os encontros dos grupos atrativos e, com isso, dialogar com o planejamento do percurso, os temas transversais e os objetivos a serem alcançados nos grupos”. (BRASIL, 2016 p.16). Os encontros acontecem normalmente 1 (uma) vez por mês e focam no esporte, práticas culturais e forma de geração de renda para as famílias, palestras sobre os mais variáveis temas, confraternizações comemorativas, voltados para o lazer e atividades físicas.

São práticas e vivências culturais, lúdicas, esportivas e de lazer, desenvolvidas como estratégias para se alcançar os objetivos específicos do serviço. Consistem em atividades complementares aos grupos. Buscam estimular a criatividade, propiciar o acesso dos usuários aos serviços públicos e sua participação em eventos e manifestações artísticas, culturais, de esporte e lazer. As oficinas são estratégias para a integração dos eixos do serviço com os temas abordados e contribuem para reforçar a adesão e o compromisso dos usuários com o serviço. Por meio do acesso dos usuários à arte, à cultura, ao esporte e ao lazer, busca-se ampliar os serviços (BRASIL, 2016, p.24).

Já as atividades dos grupos são mais frequentes, sendo que os encontros são diários e/ou semanais relacionados a prevenção, orientação e prática da escuta e do convívio social. O caráter protetivo e preventivo são fatores indissociáveis quando se trata dos grupos, ou qualquer outros serviços de proteção social básica. Visto que “antecipa-se às situações de desproteção familiar e àquelas constatadas no âmbito público, oferecendo aos usuários alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social” (BRASIL, 2016 p.15).

O espaço do diálogo é uma das práticas que o SCVF promove. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014, p.16) também declara que estes lócus “possibilitam meios para que as famílias expressem dificuldades, soluções encontradas e demandas, de modo a construir conjuntamente soluções e alternativas para as necessidades e os problemas enfrentados”.

Com base na cartilha do PAIF e do SCFV as ações comunitárias dos grupos são espaços para promover “[...] processos de valorização/reconhecimento, escuta, produção coletiva e exercício de escolhas, que visam promover estratégias para promover segurança, realização, responsabilidade por parte dos usuários” (BRASIL, 2016, p.14-15). É notório a

caracterização tanto individual quanto grupal dos usuários, pois essas ações promovem estratégias na qual possui como centralidade a família baseado na universalidade, como forma de proximidade articulação para melhor efetivação do direito sociais. Cumprindo assim os critérios estabelecidos pela legislação, bem como propiciar fortalecimento de vínculos dos usuários.

“A tomada de decisões, diálogo para resolução dos conflitos e divergências, reconhecimento de limites e possibilidades da vida, experiência de escolhas, igualdade de aprendizado, reconhecimento e diferença” (BRASIL, 2016 p.14-15). São fatores pertinentes a vivência social nestes espaços, ações que são resolutivas e restauram diversos vínculos sociais e familiares da população local.

As formas de acessos mais frequentes são a procura espontânea por parte dos usuários, busca ativa por parte da equipe multiprofissional, na qual é composta por Assistentes Sociais, Psicóloga, Pedagoga e Orientadores Sociais e por encaminhamentos de redes vinculadas ao CRAS, como o PETI, as Escolas e outras Secretarias do Município, em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014). As atividades desenvolvidas com os grupos são ações planejadas de forma coletiva entre a equipe técnica, orientadores¹³, caracterizando assim, uma equipe multiprofissional.

Diante do exposto, percebemos que os serviços desenvolvidos no CRAS tem um papel indispensável para promoção do acesso aos direitos como forma de interação social, possibilitando novos fazeres por meio de fortalecimentos de vínculos, afim de prevenir e minimizar as famílias que estão em situação de vulnerabilidade social.

O desenvolvimento do Estágio Curricular neste espaço sociocupacional, oportunizou uma aproximação com o planejamento, execução e avaliação da Política de Assistência Social e com o objeto de trabalho do Assistente Social, que são as expressões e manifestações da questão social.

¹³ Além de colaborar com os princípios da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014, p.24) a equipe multiprofissional juntamente com os orientadores contribui para a/o: Redução das ocorrências de situações de vulnerabilidade social; Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência; Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais; Ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais; Melhoria da qualidade de vida dos usuários e suas famílias; Aumento no número de jovens que conheçam as instâncias de denúncia e recurso em casos de violação de seus direitos; Aumento no número de jovens autônomos e participantes na vida familiar e comunitária, com plena informação sobre seus direitos e deveres; Reduzir, junto a outras políticas públicas, índices de: violência entre os jovens; uso/abuso de drogas; doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce; Melhoria da condição de sociabilidade de idosos; Redução e Prevenção de situações de isolamento social e de institucionalização.

O processo de aprendizagem foi mediado pela realidade cotidiana da atuação, dos serviços e demandas na unidade, constituindo-se como um espaço ímpar para a formação profissional e articulação da teoria e prática para capacitá-lo para o mercado de trabalho, no que se refere a garantia dos direitos sociais, questão que será discutida no item a seguir.

3.4 A Jornada do Estágio Supervisionado em Serviço Social e suas contribuições para a formação profissional

Este último item pretende aprofundar a jornada do Estágio Supervisionado em Serviço Social, seu significado sócio político, a partir da vivência e inserção num equipamento da Política de Assistência, bem como suas contribuições para a formação profissional.

Xavier e Mioto (2014), apontam que os profissionais de Serviço Social atua na divisão sócio técnica do trabalho em âmbito coletivo respaldado nas Dimensões Teórico Metodológico Técnico Operativo Ético Político da profissão nas mais diversas expressões e manifestações da questão social para efetivação dos direitos dos usuários. Deste modo,

O projeto profissional do Serviço Social é vinculado ao projeto de transformação da sociedade, os projetos societários estão sempre presentes nos projetos coletivos. É ele que deve transparecer em todas as atuações do assistente social, neste caso direcionado para a transformação da sociedade e em favor da classe trabalhadora. (AVILLA, 2017, p.3).

Para tanto é necessário exercer esse papel no processo de formação acadêmica, para compreender de maneira mais relativa a realidade social do espaço sócio ocupacional do Assistente Social. Partindo dessa concepção iremos trazer uma breve trajetória como estagiaria em serviço social no espaço das políticas sociais brasileiras.

O período do estágio incidiu em dois semestres do curso de Serviço Social, oportunizando experiência nos serviços da equipe volante e os grupos do CRAS do PAIF e grupos de Convivência, o público atendido são crianças, adultos, mulheres e idosos, bem como famílias participantes do Bolsa Família e Programas de transferência Renda, e que necessitam de benefícios eventuais que são de caráter emergenciais, afim de suprir as necessidades básicas das famílias referenciadas. A experiência proporcionada pelo estágio foi essencial pela a contribuição no processo de aprendizagem e as políticas sociais que tangenciam a atuação profissional.

Com a vinculação no Estágio, tivemos a possibilidade de conhecer a política social do CRAS, na qual é o lócus de atuação da equipe multiprofissional. Neste espaço foi proporcionado conhecer de perto a intervenção profissional, os usuários e as demandas apresentadas.

A inserção do acadêmico no campo de estágio, requer um apanhado de possibilidades e responsabilidades, atribuições na qual envolve a instituição de ensino, a supervisão acadêmica e supervisão de campo e o próprio aluno.

Em linhas gerais, o estágio supervisionado em Serviço Social é norteado pela Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que certificam que o estágio não deve gerar vínculos empregatícios, até porque o estágio tem por objetivo propiciar o aluno estagiário a experiência nos diversos espaços ocupacionais da realidade profissional.

A política de prática acadêmica é regida pela integração entre o ensino teórico e prático, a pesquisa e a extensão, por meio das disciplinas curriculares e dos núcleos temáticos de prática e pesquisa. Sendo os núcleos temáticos estratégias de articulação entre aquelas três dimensões indissociáveis da instituição universitária, faz-se necessário explicitar a compreensão que se tem de cada uma delas. Atribuir visibilidade aos seus traços distintivos é pressuposto para se estabelecer suas inter-relações (IAMAMOTO, 2000, p.270).

Segundo as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), estágio é um período importante na formação acadêmica, de caráter obrigatório proporcionado pelo curso regulamentado de Serviço Social, sob Supervisão de um profissional Assistente Social vinculado a instituição de ensino e um profissional assistente social vinculado ao espaço sociocupacional.

Segundo a Cartilha “Meia Formação não Garante um Direito” (2013, p.11) “[...] o estágio supervisionado objetiva capacitar o/a aluno/a para o exercício profissional, por meio da realização das mediações entre o conhecimento apreendido no decorrer da formação acadêmica [...]”, tais como: Ética e Serviço Social, Questão Social Instrumental I e II, Análise da Realidade Social, Economia Política, Psicologia, Movimentos Sociais, Pesquisa em Serviço Social, Direitos Humanos, e os quatro semestres de estágio, são um apanhado de arcabouço teórico para conhecimento acerca da atuação profissional.

Nesse sentido, Iamamoto (1998, p.259) afirma que o processo de formação profissional busca “[...] formar e qualificar assistentes sociais críticos e competentes através de

atividades de ensino, pesquisa, extensão¹⁴ e implementação de políticas públicas, [...]” tendo em vista contribuir para o processo de cidadania e democratização da sociedade brasileira.

Albiero e Silva (2018), entendem que tanto a Formação Profissional quanto a Política de Assistência Social no Brasil são afetadas pela ofensiva neoliberal e conservadora, essa análise não é visualizada somente no meio acadêmico, mas também como uma forma de análise da atual conjuntura na qual estamos inseridos, contribuindo para a melhoria do ensino e da atuação profissional. As autoras afirmam ainda que é necessário superar a Assistência Social como filantrópica, assistencialista e caritativa, e para superar é preciso conhecer e debater a conjuntura política, econômica e social.

“Para haver uma superação de algo, se faz necessário compreender como e quando tais características surgiram e qual o impacto que podem acarretar [...]”. (ALBIERO, SILVA, 2018, p.101). E nesta concepção de formação profissional, o estágio se torna um patamar indispensável neste processo que objetiva:

Capacitar o/a aluno/a para o exercício profissional, por meio da realização das mediações entre o conhecimento apreendido na formação acadêmica e a realidade social. No estágio, exercita-se o conhecimento da realidade institucional, a problematização teórico-metodológica, a elaboração e implementação do plano de intervenção do/a estagiário/a, articulado à discussão teórico-metodológica e à utilização do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, pertinente ao campo específico da ação (CFESS, 2013, p.11).

Iamamoto (1998 p. 268), autentica que no ensino da prática “[...] o estágio é um dos espaços privilegiados de contato direto dos acadêmicos com o cotidiano institucional no mercado de trabalho, como as experiências de trabalho desenvolvidas por assistentes sociais e outros profissionais afins.

O trabalho acadêmico está direcionado para assegurar uma formação teórico-prática, respaldada em um sólida fundamentação teórico-metodológica e ético-política. Fundamentação esta que permita a compreensão do Serviço Social como trabalho profissional inserido na divisão social e técnica do trabalho, nos marcos da realidade histórica do país, apreendida em suas determinações estruturais e conjunturais (IAMAMOTO, 1998, p.269).

Nesse sentido, o estágio possibilita conhecer a realidade, os espaços ocupacionais, ações desenvolvidas, as legislações e regulamentações da profissão, subsidiados pelas aulas

¹⁴ Vale ressaltar que, nas três modalidades de ensino, pesquisa e extensão, faço parte do corpo de Monitoria Voluntária de estágio III, da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESFEPP), 2018/2019.

teóricas e supervisão de campo, além de proporcionar bagagens teóricas fundamentais para atuação no mercado de trabalho. Por este motivo, reconhecemos que é de suma importância entender a realidade de um profissional em seu âmbito de trabalho:

Então pode-se afirmar que a alta complexidade que a envolve, pois diz respeito ao fato de que formação e exercício profissional estão imersos em um conjunto de relações sociais, o que faz com que sua compreensão não deva se esgotar em seu sentido estrito do fazer cotidiano (CFESS 2013, p,7-8).

O significado dessas apreensões dentro do espaço sociocupacional, é salutar, na medida em que:

A intervenção profissional volta-se para a implementação das políticas nacionais. No primeiro momento, logo após o fim da ditadura, é observada a identificação entre os valores profissionais e os dispositivos constitucionais relativos aos direitos sociais. Verifica-se, entretanto, uma assimetria entre a prática do assistente social, continuando o fazer de épocas anteriores, em contraste com os valores atualizados, como a igualdade na fruição dos direitos, a participação democrática e a proteção universal, sob a égide do Estado em algumas políticas sociais (MIOTO, NOGUEIRA 2013 p. 64).

Quanto as atribuições das instituições de campo de estágio é dever garantir as condições básicas para a realização do estágio, tanto do espaço físico quanto da disponibilidade de profissionais.

A instituição campo de estágio deverá assegurar espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do/a supervisor/a de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, dentre outros requisitos básicos, nos termos da Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as “condições éticas e técnicas do exercício profissional do/a assistente social” (CFESS 2013, p.22).

Essas normativas são fatores determinantes para uma boa ação profissional, possibilitando um maior domínio para supervisionar um aluno em processo de formação profissional. Deste modo, o estágio reflete múltiplos domínios que habilite o estagiário a complementar ensino e aprendizagem para exercer a profissão através da articulação entre teoria e prática.

Sob esse prisma, evidenciamos que nos parâmetros que subsidiam o processo de estágio acadêmico e atuação profissional, a teoria está intimamente ligada a prática. Constitui uma apreensão essencial no processo de formação profissional. Nesta concepção Iamamoto (2004, p.164), alega que, “[...] a formação profissional supõe um sólido suporte teórico-metodológico, necessário a reconstrução da prática e ao estabelecimento de estratégias de ação

da construção social”. Na mesma linha, a autora argumenta que a formação profissional “[...] exige uma íntima articulação entre a formação acadêmica, o exercício profissional no mercado de trabalho e a organização sindical dos Assistentes Social, unificados por um projeto coletivo entre os envolvidos ”[...] essa efetivação segunda a autora incide em duas percepções: a) Uma sólida formação teórico-prática desse profissional, referenciada à realidade brasileira e que aponte para a superação das debilidades de sua prática, bem como para a construção de alternativas de ação condizentes com a direção social apontada para o exercício profissional e b) A força organizada da categoria na defesa dos interesses específicos desse tipo de trabalhador assalariado especializado, na articulação com outras categorias profissionais, e na consolidação de uma legitimidade para a profissão entre as classes subalternas, conforme os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional.

De acordo com a Cartilha de Estágio Supervisionado (2013, p.7) a supervisão de campo é “[...] uma atribuição privativa¹⁵ dos/as Assistentes Sociais. Como estabelece a Lei nº11.788/2008 e a Resolução CFESS nº 533/2008, a Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS, reafirma exigências para a realização do estágio curricular obrigatório:

[...] inserção discente em atividades atinentes ao exercício da profissão; b) garantia de supervisão acadêmica e de campo; c) exigência de relatórios semestrais; d) documento comprobatório da carga horária cumprida no campo de estágio; e) pré-requisitos ou co-requisitos de disciplinas que abordem conteúdos relacionados a ética profissional e fundamentos histórico-teórico-metodológicos do Serviço Social para a inserção nesta atividade; f) o/a docente responsável pela supervisão destes estágios deverá acompanhar o(a) estagiário/a por meio de encontros com os/as estudantes; avaliação das condições éticas e técnicas do campo de estágio e da vinculação das atividades feitas [...]. (CFESS 2013, p.15).

¹⁵ As atribuições privativas do profissional se caracterizam em: “[...] elaborar, coordenar e executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social; "III. Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população "; "VIII. Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades," (ou seja, relacionadas ao âmbito de atuação do Serviço Social); XI. Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefício e serviços sociais, junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas privadas e outras entidades ". (IAMAMOTO 2012, p. 37-38). Já a Competência profissional deve dispor para atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas, assim como do planejamento e gestão, inscritos em equipes interdisciplinares que tencionam a identidade profissional. Os assistentes sociais ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos de assistência social, acompanhamento e avaliação de programas e projetos. Tais inserções são acompanhadas de novas exigências de qualificação, tais como o domínio de conhecimentos para realizar diagnósticos socioeconômicos de municípios e para a leitura e análise dos orçamentos públicos, identificando recursos disponíveis para projetar ações; o domínio do processo de planejamento; a competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais, a capacidade de negociação, o conhecimento e o know-how na área de recursos humanos e relações no trabalho, entre outros. (IAMAMOTO 2012, p.60). Ainda Sobre a Competência profissional, Ceolin (2014 p.19) sanciona que está diretamente vinculada à reconstrução de seu objeto de intervenção e ao entendimento do espaço de intervenção do assistente social como um campo de mediações que se estrutura sobre determinantes históricos constitutivos dos complexos sociais.

Vale destacar que o Estágio Supervisionado deverá estar pautado nos princípios no Código de Ética do/a Assistente Social.

Liberdade - na perspectiva da autonomia e da emancipação dos indivíduos;
 Defesa dos direitos humanos - recusa do autoritarismo;
 Cidadania - garantia dos direitos civis, políticos e sociais;
 Democracia - socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
 Equidade e justiça social - universalidade no acesso a bens e serviços;
 Eliminação do preconceito - incentivo à diversidade, às diferenças, estímulo aos grupos discriminados;
 Pluralismo - respeito às correntes teóricas existentes;
 Construção de nova ordem societária - sem dominação/exploração de classe, etnia, gênero;
 Articulação com movimentos sociais: dos/as trabalhadores/as e de outras categorias profissionais;
 Qualidade dos serviços - aprimoramento e competência profissional;
 Não subalternidade - não discriminação da profissão. (BRASIL, 2012, p.23-24).

Considerando a essência do texto, considera-se que estes princípios estabelecem que profissional supervisor de campo e supervisor acadêmico tenham os parâmetros do Código de Ética em seu cotidiano profissional, pautado nas dimensões Técnico Operativa, Teórico Metodológico, Ético Política, além da Investigativa e Interventiva. Articulando os conhecimentos acumulados no decorrer da formação através dos instrumentais do Serviço Social, afim de ter ciência de como agir na realidade da população para o enfrentamento das expressões da questão social.

[...] importante perceber se a preocupação em enfatizar a unidade entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa e em salientar a importância de tratar os instrumentos e técnicas “para além de sua operacionalidade” não está sendo apreendida como um descuido com sua operacionalização e de suas especificidades no Serviço Social (SANTOS, 2006, p.81).

Acompanhando os pensamento acima, percebe-se que é de extrema importância os profissionais conhecer as técnicas de atuação para melhor garantir e efetivar os direitos da população.

Santos (2006) assegura que “discutir tais instrumentos e técnicas envolve o “o que fazer”, o “para que fazer”, o “por que fazer”, o “como fazer”. O cuidado com o “que fazer”, com o “para que” fazer e com o “por que fazer”. Pois, sem a intencionalidade no fazer profissional, o/a assistente social poderá repetir práticas miméticas descoladas da realidade social e dos compromissos com os princípios fundamentais. Na formulação do projeto de

trabalho profissional, Couto (2009, p.3) lembra que, “[...] é preciso reconhecer o real compromisso da profissão com o trabalho coletivo e com o atendimento às necessidades sociais.

Como cita a autora é necessário ter uma visão ampla da realidade em que está inserido, reconhecer seu papel, seu lócus de trabalho e para tanto, é necessário, pleno conhecimento de seus instrumentos de trabalho para atuação.

No entanto a autora explana alguns cuidados “[...] na tensão direta entre trabalho e capital corre o risco de produzir um conhecimento pragmático, descritivo, desconectado da sociedade e com as condições para a culpabilização individual de sujeitos, sobre as mazelas produzidas pela sociedade capitalista”. (COUTO, 2009, p.3).

Por este motivo, que as dimensões do exercício profissional possuem importância central, sendo importante conhecer primeiro a essência de sua singularidade para poder trabalhar-las como um todo, visto que uma complementa a outra, e que se trabalhadas de formas separadas, irão gerar um apanhado de consequências que mistificam o real. Por esse motivo, é necessário ir além das aparências técnicas, isso é, deve ser considerado para além de recursos interventivos e de habilidades técnicas. Negligenciar esses fundamentos traz como consequência um ativismo sem consistência numa razão abstrato-formal¹⁶ (SANTOS, 2006, p.21).

A experiência como estagiária no Centro de Referência de Assistência Social, superou todas as expectativas e se deu no decorrer das aulas teóricas em sala de aula, no planejamento, nos textos refletidos, nos debates iniciais e nas recomendações, sendo fundamentais para o despertar de uma visão expandida para o agir profissional no seu campo de trabalho. Possibilitando ainda a construção do conhecimento no que refere formulação do instrumentos e técnicas de atuação profissional, na qual são designados as responsabilidades das documentações e do sigilo ético, a análise crítica da realidade, os registros nos diário de campo, que se constituí como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da capacidade da escrita, na qual comprovam a interpretação e sistematização do aluno e principalmente a sistematização da prática profissional.

No campo de estágio tivemos a oportunidade de planejar, elaborar projeto, executar, ações afim de contribuir com o CRAS e os usuários, principalmente com a elaboração do Plano

¹⁶ Esse fenômeno social, político, econômico e histórico retrata mazelas sociais os quais denotam uma sociedade desigual, camuflada na promessa da cidadania alcançada pela capacidade de consumo que alimenta uma sociedade banalizada, efêmera, violenta e concreta, cuja racionalidade formal-abstrata irracionalismo denunciam uma catástrofe social político-econômica”. (LOPES, 2016, p.33).

de Estágio, dos Relatórios Finais e da Ação interventiva¹⁷. Pudemos acompanhar de perto os trabalhos voltados a grupos ofertados pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com famílias, adolescentes e idosos.

E com as observações e análise do diário de campo, pudemos perceber que o maior público usuário são os idosos, inclusive, percebe-se uma dedicação emergente voltada para essa faixa etária. As grupos de idosos somam um total de pouco mais de 60 pessoas idosos, fluxo que estabelece um planejamento, intervenção e avaliação, uma vez que “[...] é fundamental estar preparado para as inúmeras demandas que surgem no cotidiano, tanto em quantidade como em qualidade e forma. É preciso manter os olhos abertos” (COUTO, 2009, p.2).

Ressaltamos ainda, a centralidade e as contribuições do estágio para a formação profissional, através de supervisão da Assistente Social e através da observação, em que tivemos a oportunidade de acompanhar os trabalhos e ações, como visitas domiciliares, entrevistas, orientações sobre os serviços, grupos, documentações, reuniões, fichas de encaminhamentos, acompanhamento social, planejamentos e articulações com outras redes afim de melhor intervir na realidade da população.

No entanto, identifica-se inúmeras barreiras no planejamento e execução que trava o agir profissional, imposto pela programática do neoliberalismo e seus rebatimentos no trabalho profissional, desregulamentando as políticas públicas e sociais, trazendo consigo a precarização, retrocessos, insuficiências golpeando toda a perspectiva relacionada na transformação social. “Essa realidade é condicionada aos ditames do capitalismo, do neoliberalismo e toda sua lógica que impera sobre as condições de trabalho profissional” (AMICUCCI, 2011, p.100).

“[...] Nessa perspectiva refletir sobre condições de trabalho tem profundas implicações nas condições de vida, de como os indivíduos se movimentam para suas necessidades e de como essas condições de trabalho promovem ou obstaculizam” (SANTOS, 2010, p.2).

Os desafios são sentidos diariamente, pois os recursos são insuficientes para suprir as exigências dos benefícios eventuais, cestas básicas, auxílio funeral e auxílio passagem, a

¹⁷ Documentos produzidos através do estágio supervisionado e que contribuíram para a escrita deste capítulo são: Plano de estágio, Projeto Interventivo, relatório, relatório com parecer e relatório final, eles tem por finalidade subsidiar na análise da realidade, como forma de registro, para capacitar o aluno durante o processo de formação acadêmica. Sendo assim, um instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social (PNE 2011, p11).

falta de veículo para deslocamento. Inclusive algumas ações planejadas durante o Estágio supervisionado foram adiadas, impondo limites as ações profissionais e que acabam restringindo o acesso dos usuários, e do próprio aluno estagiário, fatores objetivados pelo corte no orçamento público pertinentes a atual conjuntura do País.

No próprio processo de formação do aluno, é notório a presença das desigualdades sociais e contradições de acesso e permanência, motivadas pelo processo de contrarreforma que também atinge a universidade pública e que rebatem diretamente no agir profissional, atribuindo erroneamente o profissional como incapazes de atuar em seu exercício da profissão.

Porém, é necessário reconhecer a importância do Assistente Social neste espaço sociocupacional, conhecer as áreas de atuação, uma vez que sua contribuição é indispensável para proporcionar aos usuários o acesso das Políticas de Assistência Social, através do fortalecimento e defesa da proteção social e comunitária.

Então é de suma importância “[...] formar profissionais capazes de atender as demandas da sociedade, um/uma profissional que possa conhecer, analisar, refletir, estabelecer estratégias, bem como intervir com seriedade ética, política e profissional”. (AMICUCCI, 2011, p.123). Nesta mesma linha de pensamento Santos (2006) reflete:

É fundamental que se garanta na formação profissional, a partir dessa concepção marxista de teoria/prática, o ensino do “como operacionalizar os instrumentos”, porque é um dos elementos que constitui os “meios” de organização da prática. Assim um bom domínio dos instrumentos e técnicas contribui, também, para uma prática profissional competente, sendo parte de um outro tipo de conhecimento (SANTOS, 2006, p.20-21).

Vale dizer ainda, que como estagiária foi possível decifrar parcialmente as políticas, conhecer os diversos espaços sócio-ocupacionais, ações instrumentos e o cotidiano profissional e a realidade dos/as usuários/as atendidos no processo de acolhida e acompanhamento por parte da equipe multidisciplinar. Vale observar que reconhecer a ação profissional exige um olhar amplo, inovador, crítico, sistemático oportunizados pelo processo de estágio, com competências e atribuições afim de “[...] dar subsídios a ação profissional apontando alternativas que visem à inclusão, a informação, a universalização do acesso e a territorialização das ações” (BUZZI, 2015 p.10).

Esse processo da formação profissional do acadêmico será de grande importância para o mercado de trabalho, e um profissional capacitado certamente estabelecerá as melhores condições para o enfrentamento das manifestações e expressões da questão social da realidade

do usuário. Deste modo, o próximo capítulo será apresentado a análise e interpretação dos dados a pesquisa.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

O presente estudo teve a finalidade de entender como vem sendo realizado o trabalho da equipe multiprofissional do Serviço de Convivência em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) voltado à pessoa idosa. Partindo desse pressuposto, os critérios e interesse a respeito do objeto da pesquisa se deu por meio do período de Estágio Curricular Obrigatório no Centro de Referência de Assistência Social CRAS que se materializou na presente pesquisa investigativa, conforme mencionado no capítulo anterior.

Sendo a pesquisa da realidade uma oportunidade de conhecer e intervir no objeto, como menciona Guerra (2009, p.4) “[...] a necessidade de atuarmos sobre a realidade é o que nos conduz ao conhecimento, [...] para intervir, é preciso conhecer, para obter procedimentos adequados”.

Deste modo, antes de apresentar as discussões pertinentes a análise dos dados faremos um breve momento de exposição do método de investigação e percurso metodológico para interpretação de informações colhidas por meio da entrevista semiestruturada.

4.1 Procedimentos e Percurso metodológico: aproximações sucessivas com o objeto de pesquisa.

Nesta pesquisa utilizamos o Método Dialético Crítico evidenciando que “[...] o conhecimento é totalizante e a atividade humana, em geral, é um processo de totalização, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada [...]” (KONDER, 2008, p.35).

Como ratifica Konder (2008, p.07-08) a dialética é o modo de pensarmos as contradições da realidade, isto é, refere-se a determinada visão de mundo para compreendermos a realidade que é contraditória e está em constante transformação”. Deste modo, através do direcionamento oportunizado pelo método crítico dialético podemos analisar a totalidade, mediação e contradição para melhor alcançar a proposta desta pesquisa, através da metodologia qualitativa associado a técnica da entrevista semiestruturada.

O procedimento que utilizamos foi metodologia qualitativa que envolve universo de significados, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001).

Nas Ciências Sociais esse procedimento proporcionará a investigação de vários fatores que permeiam a realidade, principalmente no que tange a atuação multiprofissional, do processo de envelhecimento, da política de assistência e da avaliação dos usuários. Para obter melhor resultado foi preciso observar, compreender e entender a realidade de forma expressiva e profunda. Nesta mesma compreensão, Konder (2008, p. 37) afirma que “[...] para trabalhar dialeticamente com o conceito de totalidade, é importante sabermos qual é o nível de totalização exigido pelo conjunto de problemas com que estamos nos defrontando”. Konder segue assegurando que:

“[...] a dialética - maneira de pensar elaborada em função da necessidade de reconhecermos a constante emergência do novo na realidade humana negar-se-ia a si mesma, caso cristalizasse ou coagulasse suas sínteses, recusando-se a revê-las, mesmo em face de situações modificadas” (KONDER, 2008, p.38).

Com vista dessa abordagem, o primeiro contato com os profissionais ocorreu através de um convite indireto, explicando o objetivo da pesquisa, tema e a importância da contribuição da experiência profissional para sistematização da teoria acerca do envelhecimento e da garantia dos direitos sociais.

O convite ocorreu na própria sala da equipe técnica que são cinco profissionais, todos aceitaram o convite, porém houve uma resistência por parte de uma profissional Assistente Social, na qual tentei uma aproximação por duas vezes, mas sem sucesso. Por este motivo, a profissional não participou e a entrevista ocorreu com apenas quatro profissionais.

Posteriormente, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em anexo aos profissionais, formalizando assim o convite e abrindo espaço para marcar a entrevista para semana subsequente, esclarecendo que o profissional poderia não ser entrevistado caso não desejasse mais. Combinamos que a entrevista seria em uma sala pequena ao lado, que está disponível para atendimento social e psicológico. A sala tem um ambiente agradável e confortável, tendo uma mesa, um banco, computador e um ar condicionado.

No primeiro dia, foi entrevistado dois profissionais com duração de 25 minutos, os outros momentos da entrevista ocorreram como o previsto, três dias depois.

A pesquisadora visou trabalhar com perguntas abertas e fechadas possibilitando o entrevistado uma resposta livre e direta, dando assim um melhor conforto e segurança em suas falas. E assim ocorreu em todas as entrevistas, as perguntas foram todas respondidas e executadas com o princípio do sigilo ético e da confiabilidade.

Vale dizer, que as entrevistas com os profissionais foram executadas em uma sala disponível na unidade do próprio CRAS e foi utilizado o gravador através de um aparelho celular, que proporcionou melhor análise das entrevistas.

O questionário de questões das entrevistas foram subdivididos em quatro blocos com os respectivos assuntos:

Bloco I; Identificação Profissional;

Bloco II; Contextualização do lócus da pesquisa;

Bloco III; Atuação da Equipe Multiprofissional;

Bloco IV; O papel do serviço de convivência do CRAS.

A técnica secundária utilizada foi análise documental, em que constituiu na recolhida do diário de campo, do estágio supervisionado. Esse procedimento de estudo possibilita o pesquisadora “[...] produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos” (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009, p.10).

Marcone e Lakatos (1996) abordam que a pesquisa documental é utilizada em pesquisas teóricas na qual é esboço principal no estudo de caso, pois a mesma se dá através coleta de documentos e dados estatísticos.

Utilizamos também os Relatórios fruto do Estágio Supervisionado do Curso de Serviço Social, em virtude da aproximação na realidade vivida pela pesquisadora com a equipe profissional no acompanhamento do/as idosos/as do grupo de convivência do CRAS.

Os amparos teóricos da pesquisa também contou com subsídios de livros, revistas, artigos, dissertações, jornais, documentos online na qual corroborava com o assunto proporcionando uma aproximação maior do objeto da investigação em questão.

Vale dizer que a pesquisa contou com alguns autores do Serviço Social, na qual teve uma particularidade maior para a investigação e compreensão do trabalho profissional em relação as atribuições e competências, dimensão técnico operativa e ético política, auxiliando assim no amparo teórico e um debate abrangente para análise dos dados. Nos próximos itens do capítulo será explanado análise dos dados das entrevistas através dos blocos de questões.

4.2 Identificação Profissional

Este item tem por finalidade apresentar, debater o desvelar o Bloco I da Entrevista Semiestruturada, mapeando a identificação profissional, a profissão, a faixa etária, o gênero, a

escolaridade, o vínculo de trabalho, o tempo de experiência profissional e o tempo de trabalho no CRAS.

Gráfico 3: Identificação Profissional

Identificação Profissional	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4
Profissão	Orientador Social	Assistente Social	Pedagoga	Psicóloga
Faixa Etária	26 á 30 anos	31 á 40 anos	Acima de 40 anos	26 á 30 anos
Gênero	Masculino	Feminino	Feminino	Feminino
Escolaridade	Fundamental Completo	Pós- Graduanda	Superior Completo	Superior Completo
Vínculo de trabalho	Contrato	Contrato	Contrato	Contrato
Tempo de experiência Profissional	7 anos	2 anos	16 anos	3 anos
Tempo trabalho no CRAS	7 anos	2 anos	1 ano e 5 meses	8 meses

Fonte: Construído pela autora com base nos dados da pesquisa.

Como citado anteriormente, o Bloco I objetivou traçar o perfil profissional da equipe, sendo um Orientador, Assistente Social¹⁸, Pedagoga e Psicóloga. Diante dos dados acima, é notória um elevado índice do gênero feminino entre os profissionais do CRAS. Em relação a escolaridade do profissionais, temos um com ensino médio completo, um como aluno especial inserido no programa de Pós- Graduação, as outras duas com ensino superior.

Como preconiza o caderno de orientações do PAIF e SCFV os/as profissionais de nível superior conforme a Resolução CNAS nº 17/2011, o equipamento deve ter um “técnico

¹⁸ A equipe de referência dos CRAS pode ser, ainda, complementada por estagiários. A regulação da inserção de estagiários no SUAS está prevista na NOB-RH/SUAS, mas de modo preliminar recomenda-se que o estágio realizado no CRAS seja regulado por meio de convênio entre o órgão gestor da política de assistência social (municipal, do DF e/ou estadual) e instituições de ensino superior. Os estagiários devem, obrigatoriamente, contar com a supervisão de um técnico de nível superior da equipe de referência do CRAS. Destaca-se que os estagiários não podem, em hipótese alguma, substituir os profissionais que compõem a equipe de referência do CRAS, sejam os profissionais de nível superior ou médio. São recomendações previstas para o CRAS, e equipe. Para mais informações ver no (BRASIL, 2009, p. 62).

de referência do CRAS com atuação no SCFV, com formação de nível superior - que poderá ser o assistente social, o psicólogo ou, ainda, outro profissional que integre esta equipe do CRAS (BRASIL, 2016, p.25).

Quanto aos profissionais Orientadores, os mesmos não são exigidos ter ensino superior para atuar. A resolução CNAS nº 9/2014 também corrobora que “[...] reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS”. (BRASIL, 2016, p.25).

Como dispõe a resolução o orientador social é uma “[...] função exercida por profissional com, no mínimo, nível médio de escolaridade. O orientador social tem atuação constante junto ao(s) grupo(s) do SCFV e é responsável pela criação de um ambiente de convivência participativo e democrático”. (BRASIL, 2016, p.28). Suas atribuições consistem em “[...] organizar, desenvolver atividades, orientar, monitorar, participar das reuniões destinadas aos grupos, seu principal instrumento de trabalho é a lista de frequência,” (BRASIL, 2016, p.28),

Ainda de acordo com os dados colhidos, observa-se que toda a equipe que participou da pesquisa são contratados, e se confrontarmos o tempo de experiência profissional e tempo de trabalho no CRAS, notamos que, os profissionais entrevistados I e II ambos tem 2 anos tanto de experiência quanto de trabalho no CRAS, o entrevistado III, tem 16 anos de experiência e 1 ano e 5 meses de trabalho no CRAS, o entrevistado IV possui 3 anos de experiência e 8 meses de trabalho no CRAS.

Neves e Pedrosa (2007, p.12) dialogam que essas exigências são “[...] consequência dos processos de reestruturação produtiva, os novos padrões de gestão do trabalho desenvolveram-se sustentados, centralmente, na flexibilização”. Ou seja, resultando em uma instabilidade profissional e numa relativa autonomia dos profissionais.

Nessa perspectiva, as relações contratuais são marcadas por “[...] uma crescente transformação do contrato trabalhista, demonstrada nas diversas formas flexíveis do emprego e do mercado de trabalho” (NERES, PEDROSA, 2007, p.12). Esses autores alertam para o aumento “[...] da terceirização, o emprego temporário, a subcontratação, a informalidade, as cooperativas de trabalho, as atividades autônomas e inúmeras formas de trabalho assalariado disfarçado”.

“No entanto, essa realidade não se restringe somente ao espaço dos CRAS, mas pode ser visualizada nos mais diferentes contextos institucionais, o que implica dizer que faz

parte dos inúmeros desafios que a profissão enfrenta [...]” (CARNEIRO, COSTA, 2011, p.8). O item a seguir será trabalhado a contextualização do lócus na qual foi escolhido para executar a presente pesquisa.

4.3 A contextualização do lócus da pesquisa

A contextualização do lócus da pesquisa é uma parte da investigação que tem um significado importante, pela oportunidade de apresentar dados relevantes, evidenciando, a instalação do CRAS, o objetivo do serviço de convivência, a estrutura física, o perfil do público alvo, bem como a forma de organização dos serviços. Neste sentido, percebemos que os/aos entrevistados tiveram dificuldades em responder ou deram respostas incompletas.

Percebemos que os entrevistados I e II não tinham conhecimento sobre esses dados, justificando que apesar de estar bastante tempo trabalhando no CRAS “não tem nenhum documento concreto abordando sua implementação no Município”. Já nas falas dos entrevistados III e IV, não souberam responder, tiveram um certo receio, ou medo de falar, justificando a pouca experiência de trabalho na unidade.

Sposati (2013) articula que as indagações referentes ao equipamento são vistas como um tanto necessário pois leva a outros parâmetros que nos dá possibilidade de análise da realidade social por isso que “contextualizar, a história é como lhe conferir pés, pois isto permite o conhecimento de estradas, caminhos, marchas e contramarchas, movimentos, contornos particulares, diversidades e desigualdades” (SPOSATI, 2013, p.8). Observamos que compreender a história dos espaços sócio ocupacionais que estamos alocados é fundamental para transformar a realidade que o profissional está inserido.

[...] implica um esforço para realizar a apreensão das relações sociais recolocadas em seu contexto espaço-temporal e sócio histórico. Neste sentido, trabalhar a categoria território significa, ao mesmo tempo, reconhecer sua particularidade e suas possibilidades de conexão. Outra analogia pode, aqui, ser realizada: a identidade de cada um é resultante de um processo relacional, pois a identificação da individualidade decorre da conexão com os outros. Assim, é pela realização de conexões que ocorre o reconhecimento da particularidade da identidade (SPOSATI, 2013, p. 8).

Quando perguntamos qual a importância de uma Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) para a população, obtivemos a seguinte resposta:

O entrevistado I ressaltou que “é importante ter esse amparo aos idosos, por que ouço sempre eles falarem que o CRAS é a segunda casa, no CRAS eles se sentem realizados e felizes”. O entrevistado II respondeu que é “importante para a oferta dos serviços de interesse da população em situação de risco e na realização de trabalhos voltados a garantia dos mínimos sociais”, o entrevistado III refletiu que “é importante para a interação social e oportunidade de acesso aos direitos dos idosos do município”, o entrevistado IV disse que:

É de grande valia para os municípios e para a sociedade, um papel de garantir os direitos dos cidadãos, proteção da criança, adolescente e idoso. A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Quanto ao objetivo do serviço de convivência do CRAS tivemos, o discurso do 1º entrevistado entende que “o objetivo é proporcionar a pessoa idosa melhor expectativa de vida oportunizando assim a terem conhecimento” para “fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos usuários, com a finalidade de “oferecer qualidade de vida aos usuários”. O 4º entrevistado teve uma narrativa mais ampla dizendo que:

O serviço tem como objetivo fortalecer as relações familiares da população, além de promover integração social e troca de experiências entre os participantes dos grupos de idosos disponíveis, valorizando o sentido da vida coletiva no âmbito social. O serviço de convivência possui um caráter preventivo (ENTREVISTADO 4).

Aludindo as falas acima, percebe-se que, a linha de pensamento dos profissionais em relação aos serviços de convivência do CRAS tem proximidades com o que é estabelecido pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (BRASIL, 2014, p. 16)

Levando em consideração a potencialidade que os grupos dos serviços oferece, é necessário ter um espaço adequado e amplo. Como estabelece as Orientações Técnicas do CRAS (2009), o espaço físico constitui fator determinante para o usuário reconhecer CRAS como lócus no qual os direitos socioassistenciais são assegurados e que os ambientes respondam a requisitos mínimos para a adequada oferta dos serviços proteção social básica.

Quando indagado se a estrutura física do CRAS atende todas as demandas, e como avalia o ambiente, elucidamos os principais pontos aludidos pelos/as profissionais entrevistados. “Com a reforma¹⁹, melhorou mais o espaço, no entanto pode melhorar, não tem ar condicionado para a capacidade do fluxo, a recepção não é climatizada, não tem banheiros separados, ainda faltam várias adaptações para que atenda todas as demandas desejadas” (ENTREVISTADA 3).

Percebemos uma certa insatisfação nas falas dos profissionais, pois mesmo com a reforma, há muito a melhorar, uma vez que as demandas ainda são maiores do que a estrutura disponível, falta de climatização e banheiros separados, são expostos por um contorno negativo. Fatores que contrariam algumas recomendações sobre o ambiente do CRAS, uma vez que:

Uma primeira recomendação é que todos os ambientes do CRAS sejam providos de adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, salubridade e limpeza. Os espaços devem expressar a cultura local, de forma a estimular a expressão e o sentimento de pertença das famílias usuárias do CRAS (BRASIL, 2009, p.51).

Resgatando o debate do capítulo I, notamos que essa desestruturação das políticas brasileiras “[...] tem-se início com a contrarreforma do Estado: um conjunto de medidas neoliberais e destruição das conquistas democráticas” (MACIEL, 2017, p.5). A autora possibilita entender que esse processo de contrarreforma do Estado traz reflexos negativos permitindo um amplo impacto em todas as áreas das políticas de atuação profissional.

É importante salientar, que além de uma estrutura adequada, o período de funcionamento²⁰ da unidade é indispensável para ampliação e acesso dos usuários.

¹⁹ A reforma na qual os profissionais se referem ocorreu a cerca de um ano, ampliando o pátio de atividades e reformando algumas salas de atendimentos sociais da equipe.

²⁰ O período de funcionamento do CRAS deve estar em consonância com características dos serviços ofertados na unidade: caráter continuado, público e adequado para o atendimento de todos aqueles que o demandam, de modo a ampliar a possibilidade de acesso dos usuários aos seus direitos socioassistenciais. Para refletir tais características, o CRAS deve funcionar, no mínimo, cinco dias por semana, por oito horas diárias, totalizando 40 horas semanais, com a equipe de referência do CRAS completa. Esse horário pode ser flexível, permitindo que a unidade funcione aos finais de semana e horários noturnos, desde que isso ocorra para possibilitar uma maior participação das famílias e da comunidade nos serviços, ações e projetos ofertados (BRASIL, 2009, p.59).

Particularizando essa questão, perguntamos se a sala é adequada para os profissionais desenvolverem seus trabalhos e atenderem os usuários.

O entrevistado I relatou que consegue desenvolver todas atividades, uma vez que o orientador trabalha mais em espaço aberto e amplo e neste requisito o mesmo desenvolve suas ações sem muitas dificuldades. O Entrevistado III queixou que além da falta de material o local é pequeno, se considerarmos o público do município.

No atendimento coletivo o Caderno de Orientações Técnicas do CRAS (2009, p.53), aponta que “[...] deve ser ampla, com 35m, de maneira a acomodar até 30 pessoas de modo confortável, contar com mobiliário que possa ser deslocado e que garanta a livre circulação dos usuários dos serviços, de forma a permitir interação entre os participantes”. Nesta mesma linha de pensamento indagamos qual o perfil do público alvo atendido pelo CRAS, a partir dos critérios de Gênero, Faixa Etária, Escolaridade ou demais informações que os entrevistados considerassem relevantes:

Todas as faixas etárias são preenchidas, e como os idosos são divididos em dois grupos, nesses grupos todas são mulheres, algumas são analfabetas, mas a maior parte sabem ler e escrever. As mulheres tem mais disposição para as atividades entre outras (ENTREVISTADO I).

Em linhas gerais, o perfil dos/as usuários do CRAS são adolescente, adultos, mulheres, principalmente idosas, como consta nas falas, algumas analfabetas, todavia grande parte sabe escrever, entretanto algumas não gostam de se expressarem através da escrita. Conforme dito anteriormente, a maioria do público idoso são mulheres, apenas dois homens cadastrados que não participam dos grupos. Diante das narrativas, questionamos por que as idosas participantes são todas mulheres. O entrevistado I, rebateu afirmando que “as mulheres tem mais disposição nas atividades com uma animação maior relacionada aos homens”.

Considerando que dentre o público atendidos pelo CRAS, a maioria são pessoas idosas, indagamos de que forma são organizados os serviços oferecidos para essa população. Obtivemos os seguintes resultados.

Novamente as respostas de todos os/as entrevistados/as foram similares apontando reuniões, planejamentos e as execuções são feitas de acordo com a realidade do momento, os serviços são ofertados continuamente. Mas os grupos de convivências possuem dias fixos sendo duas vezes na semana, através de exercício físicos, palestras, rodas de conversas, dinâmicas palestras e oficinas. Com base no exposto acima, no próximo tópico iremos centralizar as

questões do trabalho da equipe profissional, afim de compreender, suas ações e demandas profissionais nos grupos do CRAS.

4.4 O trabalho da equipe interdisciplinar na assistência social

Este item busca evidenciar como são desenvolvidos o trabalho da equipe multiprofissional na política assistência social corroborando com a integralidade da equipe afim de buscar efetivar direitos dos usuário. Vale ressaltar que o que diferencia a equipe multiprofissional e interdisciplinar é que uma é composta por profissionais de diferentes âmbitos que tem suas especificidades na assistência social com finalidades comuns entre ambos. Já a multiprofissional são profissionais que atuam na saúde, afim de trabalhar a melhor forma de atuar na saúde da família.

Ressaltamos que trabalho da equipe em questão tem como foco “[...]desenvolver atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades dos idosos [...]” (BRASIL, 2014, p.18). Dos fatores principais do trabalho destacamos o “[...] fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social oportunizando assim melhor expectativa para os idosos” (BRASIL, 2014, p.18). A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais preconiza:

A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir (BRASIL, 2014, p. 18)

Gomes (2016) caracteriza que as profissões são determinadas por saberes essencialmente disciplinares, éticos e políticos adquiridos através de uma formação que antecede o exercício profissional. E esses saberes variam de cada profissional e são adquiridos no processo de formação profissional. Essa característica está relacionada:

A fragmentação do saber atendeu a expectativa do modo capitalista até certo ponto. As relações sociais fundamentadas nas relações de produção, produziram sujeitos cada vez mais especializados, contudo, apresentou complexidades que esses profissionais especializados não conseguem explicar e/ou responder (GOMES, 2016, 3).

São exigências determinadas pela conjuntura do capitalismo contemporâneo que impõe limites para o desenvolvimento das ações dentro dos diversos campos profissionais e para o trabalho em equipe. Nas palavras da autora:

O mercado contemporâneo reconhece a necessidade do trabalhador multifuncional e com capacidade para trabalhar em equipe. Muito se discute na área do Serviço Social sobre a precarização do emprego como uma das facetas da questão social, e a polivalência ou flexibilização do trabalho, como uma das consequências dessa precarização. Contudo, é do conhecimento dos profissionais do Serviço Social que para intervir em uma realidade, antes de tudo é necessário conhecê-la. (GOMES, 2016, p.4).

Dentro da autonomia relativa, Salgado (2015, p.4) ressalta que “[...] buscar a prática interdisciplinar no trabalho não significa que todos os profissionais precisam saber tudo, agregar um saber genérico, amplo ou construído a partir de agregações de vários conhecimentos [...]”. A autora nos traz ainda que a interdisciplinaridade pode ampliar a atividade recíproca da equipe. Ou seja, o trabalho em equipe requer uma atuação em trabalho em conjunto unindo saberes para desenvolvimento do planejamento e ação profissional. A interdisciplinaridade e a conjugação de saberes requer levar em consideração, a particularidade de cada profissão no âmbito de atuação profissional na realidade social.

No que tange as ações que a equipe desenvolve para atender os/as idosos/as dos grupos, alcançamos as seguintes narrativas:

O entrevistado I alega que desenvolvem ações como: “atividades físicas, Gincanas, rodas de conversas e interação social através de dinâmicas”. A entrevistada II cita algumas das formas de intervenção, enfatizando a dinâmica e jogos, para desenvolver a interação social dos participantes.

Nessa perspectiva, Sousa (2008 p.9) comenta que “[...] a dinâmica de grupo é uma técnica que utiliza jogos, brincadeiras, simulações de determinadas situações, com vistas a permitir que os membros do grupo produzam uma reflexão acerca de uma temática definida”. A entrevistada IV relatou que as ações planejadas e desenvolvidas consiste nas busca ativa, atendimentos individuais e orientações.

Nesse sentido, precisamos ter uma reflexão crítica do agir profissional em relação a dinâmicas em grupo, saber agir, articular com outras redes de serviços de assistência social, saúde, educação, saber onde encaminhar os usuários. A partir disso criam-se as possibilidades de direcionar a ação profissional no caminho de inserir os indivíduos atendidos em outros espaços de participação sociopolítica, assim como na própria rede de serviço. Além disso,

precisamos atentar para o importante fato de que as demandas diferentes remetem a objetivos específicos diversos e, por isso, implica um conjunto de conhecimentos dos participantes dos grupos, observamos que cabe aos profissionais conhecer os usuários, seu perfil, seus limites e possibilidades, suas potencialidades e suas limitações, bem como suas particularidades, na qual oportuniza os/as profissionais a não colocar os usuários em situações constrangedoras e impróprias para o momento, ou seja, Sousa (2008) salienta que o agir profissional sem um planejamento prévio poderá não alcançar os resultados previstos caso contrário, a dinâmica vira uma brincadeira e não alcança os objetivos principais: provocar a reflexão do grupo.

Nesse sentido, concordamos com Sousa (2008, p.09) em que “[...] nunca é demais lembrar que é o instrumento que se adapta aos objetivos profissionais – no caso, a dinâmica de grupo deve estar em consonância com as finalidades estabelecidas pelo profissional”.

Deste modo, descobri-las e socializa-las é parte fundamental do processo de fortalecimento de uma pedagogia profissional que se coloque no sentido da emancipação humana. A emancipação humana, nos termos compreendidos neste estudo, não podem ser objetivados na sociabilidade de desigualdade do capital e independe da atuação profissional ética e qualificada²¹.

Na pergunta que buscou compreender como são distribuídos os serviços da equipe Multiprofissional do CRAS, tivemos as seguintes falas:

O primeiro entrevistado esclareceu que é “Orientador de dança, de atividades físicas, organização do espaço do evento”, o entrevistado II disse que objetiva “atender as demandas espontâneas, eventuais e trabalhamos as famílias dos participantes dos grupos de convivência e dos usuários do CRAS nas ações do PAIF”. Os entrevistado III e IV disseram que depende muito da demanda, sendo que são a maioria das vezes, atendimentos psicológicos individuais, grupais e acompanhamentos mensais”.

Vale ressaltar a importância do sigilo profissional, a seriedade dessa postura, para resguardar a imagem de quem lhe confidenciou uma situação pessoal, sendo condição fundamental para um adequado exercício profissional.

O sigilo ético e a confidencialidade das informações revelam um compromisso tanto com o usuário quanto com a equipe. A autora afirma ainda que “[...] é preciso que haja

²¹ Assim, Marx fez uma contraposição entre emancipação política e emancipação humana, entre revolução política e revolução social, deixando claro que uma representa a perspectiva do capital e a outra a do trabalho. Por isso, fica evidente que o caminho adotado nessa altura pelo pensador já era o de total rompimento com o modelo de sociedade burguesa e que era irreconciliável fazer pesquisa científica na perspectiva do capital e na do trabalho, pois desembocava em conclusões opostas (SOUZA, DOMINGUES, 2012, p.69).

uma definição sobre o sigilo profissional no interior de uma equipe interdisciplinar, e que haja o compromisso de sigilo na equipe interdisciplinar”. (GOMES, 2016, p.10).

O Caderno de Orientações do CRAS, (2009, p.61), deixa evidente que “[...] a equipe de referência é constituída por profissionais responsáveis pela gestão territorial da proteção básica, a organização dos serviços ofertados pela oferta do PAIF e grupos dos idosos. Sua composição depende do número de famílias referenciadas ao CRAS”. Deste modo, indagamos se a equipe consegue atender todas as demandas apresentadas.

O entrevistado I, explanou que atendem todas as demandas, o entrevistado II, expõe que nem todas são atendidas, e que é necessário selecionar, dando prioridade a demandas emergentes, os entrevistados III e IV revelam que atendem na medida do possível, mas que as vezes as práticas não são suficientes.

A justificativa dos profissionais foram similares ao afirmarem que as demandas são maiores que os serviços disponíveis para a população, por esse motivo o profissional necessita trabalhar as demandas mais emergentes do momento, os principais são, os benefícios eventuais, cesta básica e auxílio funeral, são os mais procurados pelo usuários como caráter emergencial do município.

Os/as entrevistados/as foram questionados ainda acerca das condições e das relações de trabalho no equipamento e se existe algum fator de impacto para o trabalho em equipe.

O entrevistado I, questionou que “faltam muita coisa em si, mas dá para ir trabalhando com o que tem disponível na unidade”, já as entrevistadas II, III e IV revelam que as condições de trabalho não são boas, e que apesar da obra que teve recentemente, melhorou muito, mas não o suficiente.

Guerra (2005) evidencia, que na atuação profissional é necessário uma análise ontológica do cotidiano profissional, e essa análise não se resume apenas na leitura aparente e superficial das expressões da questão social, é necessário ir além do notório. É importante termos uma avaliação sobre “a reestruturação do capital, a financeirização, a precarização das condições de trabalho, a racionalização do trabalho vivo, são fenômenos da maior complexidade e que necessitam de um grau complexo de conhecimento teórico para o seu desvelamento. (GUERRA, 2005, p.12). Neste contexto, concordamos com Sposati (2013, p.10) que pontua que “[...] as limitadas condições financeiras das prefeituras somadas às disposições da lei de responsabilidade fiscal, que limitam a contratação de servidores, fator fundamental para a implementação de políticas sociais, consideradas estratégicas dos neoliberais”. Essa

concepção desvelada está associada aos interesses neoliberais que preza por um Estado mínimo que impacta diretamente nas políticas sociais com interesse das empresas privadas, afim de intervir e minimizar os gastos sociais no Brasil. E essas controvérsias presente na sociedade contemporânea atinge todas as profissões, inclusive os próprios usuários no que refere a qualidade de serviços prestados aos mesmos.

E quando perguntamos se os mesmos tem autonomia em suas atividades e escolhas profissionais, as respostas foram superficiais, apenas um profissional disse que não tem autonomia em suas ações. Os demais profissionais, relataram que tem autonomia de modo parcial. Nota-se um certo incomodo em falar deste assunto.

O entrevistado I, afirmou que avalia seu trabalho como “ótimo na medida do possível, o II avalia “como forma de aprendizado, e acrescentam que é um trabalho realizado com esforço e determinação para que o serviço prestado à população aconteça da melhor forma possível”. O entrevistado III relata que tem um ótimo olhar do trabalho realizado no CRAS.

Nesta contrapartida Iamamoto (1998, p.10) assevera que “[...] as condições e relações de trabalho apresentam-se mutáveis [...] “Já que históricas, estabelecem limites e possibilidades para as ações dos sujeitos, que vão "esculpindo" forma conteúdo na realização da profissão”. Ou seja, cabe aos profissionais buscar novas estratégias para melhor trabalhar com as demandas presentes no município, identificando os limites impostos ao fazer profissional.

Em relação a possibilidade do profissional enfrentar esses desafios, Iamamoto, (1998) argumenta que o momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas.

Posteriormente indagamos como são utilizados os instrumentais para trabalhar com as idosas dos serviços voltado aos idosos e a articulação com os demais profissionais. Os profissionais particularizaram as respostas trazendo alguns instrumentos próprios de seu trabalho, o 1º relatou que trabalha com lista para controle dos idosos, orientação, atividades físicas, danças e outros eventos, este profissional trabalha diretamente com as idosas dos grupos, através das atividades e exercícios físicos. A 2º profissional traz além de “atividade física, materiais de expediente²²”. Diz ainda que “trabalham sempre em equipe, tanto a técnica como junto aos orientadores sociais”. As demais profissionais disseram que trabalham com

²² São instrumentos de trabalho disponíveis na realidade do espaço de trabalho.

“caminhadas, exercício físico e danças, realização das dinâmicas e palestras, materiais para oficina artesanais, colchonetes para exercícios, orientações e atendimentos individualizados”.

Sousa (2008) apresenta um outro instrumento importante para a atuação profissional, na qual o autor considera como instrumento de trabalho indireto, observemos:

[...] a utilização dos instrumentos de trabalho por escrito também possui uma fundamental importância: é aqui que se torna possível [...] para sistematizar a prática. Todo processo de registro e avaliação de qualquer ação é um conhecimento prático que se produz, e que não se perde, garantindo visibilidade e importância à atividade desenvolvida. E mais: sistematizar a prática e arquivá-la, é dar uma história ao Serviço Social, uma história ao(s) usuário(s) atendido(s), uma história da inserção profissional do Assistente Social dentro da instituição – é essencial para qualquer proposta de construção de um conhecimento sobre a realidade social (SOUSA, 2008, p.11).

Os instrumentos que o autor se refere são: livros de registros²³, diário de campo²⁴, relatório social e parecer social²⁵, na qual é indispensável na atuação do Assistente Social. No trabalho em equipe multiprofissional essa ferramenta é adotada, apesar que cada profissão ter suas ferramentas e técnicas de trabalho específicos. A entrevista, atendimento individual e coletivo, relatório, são documentos de competências de outras áreas e são usadas por profissionais como Psicólogos, Assistentes Social e Pedagogos. Em relação aos principais desafios para a atuação profissional, tivemos as seguintes respostas.

O Entrevistado I afirmou que os desafios gerais do trabalho profissional, permeiam a parte financeira, que é uns dos principais pontos que travam o trabalho “tudo que vamos fazer precisa de verba, quando não tem todos os trabalhos são parados, onde os mais prejudicados sempre serão os usuários”; pois a segunda entrevistada aborda “a falta de valorização profissional, trabalhos precários, falta de concursos, negligência o agir e autonomia do profissional. A 4ª entrevistada dá uma resposta relacionados as idosas queixando que “a equipe tem dificuldades em trazer idosos do gênero masculino para participar dos serviços e grupos de convivência”.

²³ “[...] é um instrumento bastante utilizado, sobretudo em locais onde circula um grande número de profissionais. Trata-se de um livro onde são anotadas as atividades realizadas, telefonemas recebidos, questões pendentes, atendimentos realizados, dentre outras questões, de modo que toda a equipe tenha acesso ao que está sendo desenvolvido” (SOUSA, 2008, p.12).

²⁴ “[...] é um instrumento que auxilia bastante o profissional nesse processo. Trata-se de anotações livres do profissional, individuais, em que o mesmo sistematiza suas atividades e suas reflexões sobre o cotidiano do seu trabalho” (SOUSA, 2008, p.12).

²⁵ “[...] relatório e parecer são a conclusão de determinado trabalho – seja de um atendimento individual, seja de um conjunto de instrumentos utilizados durante determinado processo de intervenção [...]”. “No entanto, apreender a realidade não é apenas descrevê-la. É um produzir um conhecimento sobre a mesma”. Ou seja, sistematizar a realidade social do trabalho profissional (SOUSA, 2008, p.13).

Percebemos que a falta de recursos materiais interfere diretamente nos trabalhos e na questão salarial pois desmotiva o profissional na execução de seus serviços, além da falta da capacitação para a equipe como estratégia para a valorização do trabalho profissional e competência para intervir na realidade social. Faleiros (2014, p.720), detecta que:

O sujeito não tem mais o exercício da conquista da divisão do tempo em três partes de oito horas — trabalho, sono, descanso —, mas se encontra na tortura cotidiana de viver em condições precárias, ter trabalho precário, usar transporte estressante, não ter acesso ao consumo publicitado. As condições de trabalho dos profissionais vão também se tornando precárias, trazendo novos sofrimentos aos mesmos, o que precisa ser cada vez mais discutido no âmbito das organizações profissionais.

Recuperamos ainda que “os trabalhadores constituem a principal tecnologia da política de assistência social, é por intermédio de profissionais qualificados, comprometidos e devidamente remunerados que serão garantidos os direitos socioassistenciais dos usuários dos CRAS” (BRASIL, 2009, p.62).

Nesse sentido, “[...] o trabalho exige que uma equipe multiprofissional supere a abordagem tecnicista, segundo a qual o trabalho de profissionais de diferentes áreas é enfocado como uma atribuição específica e independente”. (BRASIL 2009, p.65). O trabalho em equipe potencializa o trabalho profissional, que apesar dos limites possuem possibilidades importantes para a atuação como: saber ouvir, através da escuta, afim de decifrar as particularidades dos usuários, unir as informações e saberes para sistematizar a situação são decisões relevantes para a efetivação dos direitos da população. Com base nessa discussão, o próximo item busca trazer breves considerações sobre o exercício profissional do Assistente Social.

4.5 Notas sobre o Assistente Social e sua atuação nas Políticas Sociais em um CRAS

“Na trajetória do projeto profissional que antecede a Constituição Federal de 1988, existe uma conexão entre política social e serviço social que está presente na própria institucionalização da profissão [...]”. (SOUSA, DE SOUSA, ACCIOLY, 2011, p.2). “Essa conexão está presente na realidade contemporânea brasileira, pois a profissão está pautada numa perspectiva de transformação, vinculada a um projeto social democrático que tem como eixo o compromisso [...]” com a classe trabalhadora e como base o Código de Ética de 1993” (ALBIEIRO, SILVA, 2018, p.7).

O Assistente Social, atua nas mais diversas manifestações e expressões da questão social e tem sua atuação pautada nas dimensões da profissão. “Por isso é possível afirmar que a efetivação do projeto encontra-se principalmente atrelada ao conjunto de intervenções profissionais” (MOTA 2011, p.59). A intervenção profissional está marcada de desafios, que necessitam de ter mais discussões e debates pois,

A transformação destes componentes em guia efetivo e norteador do exercício profissional têm sido considerados como um dos maiores desafios à consolidação do projeto na atualidade. Seja pelo cenário socioeconômico desfavorável à execução do projeto tal como idealizado, seja pela necessidade constante de discussão e proposição dos princípios estabelecidos ou ainda pelas divergências profissionais internas. (MOTA 2011, p.59).

Se tratando do Serviço Social, compreendemos que as atividades e objetivos profissionais de acordo com a investigação de Iamamoto, (2012, p.28) consistem em:

Visitas domiciliares; elaboração de relatórios; pareceres e laudos sociais; perícias; encaminhamento e serviços; atividades comunitárias para aquisição de bens e direitos; informações sobre direitos e serviços; estudos socioeconômicos; supervisão de estágio; elaboração de projetos; plantões sociais; atendimento às emergências; acompanhamento institucional; atendimento individual; contato com recursos comunitários; treinamento; assessoria; realização de palestras educativas; pesquisa; coordenação e controle de benefícios; triagem socioeconômica; educação de grupos e indivíduos (gestantes, crianças, jovens, idosos).

Iamamoto (2012, p.30), em seu texto sobre atribuições do Assistente Social faz uma afirmação importante de que “[...] o terreno da atuação profissional, entretanto, o espaço ocupacional não é exclusivo do (a) assistente social e é onde estão presentes as relações de poder, as ingerências das causas privadas sobre os interesses públicos”.

No entanto decifrar a realidade social não tem sido uma tarefa fácil, pois inclui “[...] os desafios do Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes [...]”. (IAMAMOTO, 2000, p.20).

Faleiros (2014) aponta que para compreender os desafios dos assistentes sociais, é necessário relacionar profissional e usuário, afim de entender as demandas postas, para ter possibilidade de tomar conhecimento da realidade dos usuários participantes, para trabalhar a melhor forma de efetivar direitos sociais nas demandas atendidas cotidianamente pelo assistente social. O autor afirma ainda que,

Os sujeitos demandantes de serviços sociais são confrontados com um cotidiano de relações de exclusão e ao mesmo tempo de aceitação ou rejeição das suas exclusões e os profissionais têm o desafio de contribuir para mudanças de trajetórias no processo de empoderamento dos sujeitos em relações de direito, de acesso ao estado de direito e a condições concretas de sobrevivência (FALEIROS, 2014, p.710).

Ferrarez (2016, p.2) também compartilha pensamentos semelhantes, quando assegura que nós como Assistentes Sociais “[...] buscando entender a sociedade em sua totalidade o assistente social tende a romper com o conceito do conhecimento aparente”. O conhecimento deve ser utilizado de forma crítica e aprofundada ultrapassando o imediatismo. Nas palavras da autora “[...] um conhecimento que vá além de sua utilização imediata, ou seja, esse profissional faz uma crítica ao cotidiano e intervém de forma aprofundada e, pensa alternativas para a resolução da demanda apresentada e não em amenizar a mesma” (FERRAREZ, 2016, p.2).

Neste sentido o assistente social busca, cotidianamente, sua legitimação profissional (busca da unidade na diversidade), não na ótica individualista posta pelo ajuste neoliberal, mas como sujeitos coletivos, de lutas coletivas, não podendo perder de vista o seu trabalho e o quanto este é importante para a intervenção na realidade existente.

Faleiros (2014, p.720), aponta que “[...] o capitalismo está se tornando mais opressor com as normas burocráticas e tecnocráticas utilizando meios de controle do trabalho, inclusive por celular e relatórios detalhados do tempo de trabalho e do tempo pessoal [...]”. Ou seja, essa situação presente no mundo contemporâneo pelo Assistente Social e pelos demais membros da classe trabalhadora impactando em processos de adoecimento advindos da desregulamentação do trabalho.

Quando perguntamos aos profissionais quais os desafios em seu cotidiano de trabalho, a 2ª entrevistada, trouxe uma particularidade e opinião pessoal na resposta quando diz que “não temos um piso salarial, daí o profissional de serviço social fica desmotivado e também a falta de capacitação para equipe técnica, nos deixam inquietos, e desconfortáveis”.

É preciso tornar essas condições mais visíveis ao debate, ter essa preocupação em se capacitar, se aperfeiçoar, ir em busca de novos conhecimentos para melhor efetivar os direitos sociais. A partir dessa visão do mundo profissional tem possibilidades para melhor trabalhar as demandas, tendo uma capacidade diferenciada na hora de garantir, efetivar, informar, orientar, o público alvo, que são os usuários participantes dos serviços da assistência social.

No último bloco de questões, foram indagadas sobre o papel do serviço de convivência do CRAS, de acordo com a avaliação do Serviço de Convivência na vida das idosas.

4.6 O papel do serviço de convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS

O entrevistado I ressaltou que é “muito importante e imprescindível a inserção de usuários nesses serviços para conhecimento amplo de seus direitos”. A II entrevistada complementou explanando que os serviços de convivência tem um papel de possibilitar a “oportunidade de melhorar a qualidade de vida dos idosos com interação e convivência com as demais faixas etárias”. A entrevistada III afirma que desenvolvem “um bom trabalho, porque temos nesse serviço a reinserção do idoso no meio social, com objetivo de trabalhar as vulnerabilidades sociais”.

Indagamos também quantas idosas são cadastradas nos Grupos Conviver e Integrar e quantas participam com frequência, a partir da percepção dos profissionais. A equipe multiprofissional trabalham com os grupos de Convivência Integrar e Conviver como citado no capítulo anterior, são divididos em dois grupos, de acordo com as seguintes faixas etárias. O Grupo Integrar é destinado a adultos com até 60 anos de idade, e possuem 21 pessoas cadastradas e frequentantes, sendo todas mulheres.

No grupo Conviver tem um percentual maior de idosos, são 60 cadastrados, sendo 45 frequentes, todas mulheres. Em consonância com as falas colhidas na entrevista em relação as formas de acesso dos idosos aos Serviço de Convivência do CRAS, obtivemos: procura espontânea, busca ativa, anúncios na rádio, entre outras formas de acesso, através convites de pessoas próximas.

No decorrer da pesquisa, fez-se necessário uma última pergunta de caráter individual que buscou compreender de que forma o CRAS interfere na qualidade de vida da população usuária e em particular na vida dos idosos, a partir da percepção dos entrevistados. O primeiro entrevistado relatou que “É importante que o idoso tenha uma melhor comunicação social com outras pessoas e a interação contribui para divulgação e oferta dos serviços nas áreas de vulnerabilidades. O entrevistado IV ainda acrescenta que “de uma forma muito positiva e agradável, os idosos sempre falam que se sentem bem quando estão aqui no CRAS.

Com as observações da pesquisadora, interpretação dos dados coletados e a análise do diário de campo, pudemos perceber que os grupos de convivência tem um papel muito importante na vida dessas pessoas.

Em âmbitos gerais, é necessário que a equipe instrumentalize suas ações e trabalhos sociais, procurando melhor modo para sabendo ouvir o usuário, através da escuta qualificada, entendendo o idoso como sujeito de direito estimulando a interação social e autonomia motivando ao idoso tanto fisicamente quando emocionalmente de que está envolvido nos projetos sociais e comunitários na sociedade é fundamental para uma melhor qualidade de vida, em todos os âmbitos e concepções do cuidado, permitindo o usuário a ampliar sua visão perante o trabalho e serviços para sempre buscar melhorar a forma de trabalhar com o público da assistência social, que procuram esses serviços.

4.7 Serviços e grupos de convivência no olhar da pessoa idosa: breves considerações

A última questão visa apresentar o resultado do questionário aplicado com os idosos participantes dos grupos Integrar e Conviver, afim de procurar entender como os idosos avaliam os serviços e grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS.

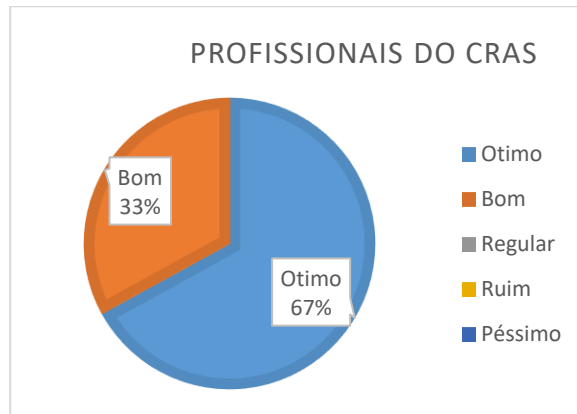
Nessa fase da pesquisa foram disponibilizados questionários de caráter avaliativo através de desenhos, por meio de uma ficha de avaliação que foram distribuídos aos idosos em dois momentos, o primeiro ocorreu em uma oportunidade cedida pelo orientador dos idosos e o segundo momento ocorreu durante uma roda de conversa solicitada pela equipe técnica, totalizando 30 fichas.

O objetivo consistiu em identificar o que os/as idosos/as acham e entendem dos serviços ofertados nos grupos de convivência, dentre eles, destacamos: atividades, exercícios, espaço físico, forma de comunicação entre profissional e usuário, alimentação, evento, duração dos eventos, no final do questionário, deixamos a seguinte pergunta: por que o CRAS é importante para sua vida, finalizando com ideias sugestões e reclamações, sem a identificação do idoso.

Considerando que parte dos idosos são analfabetos, descrevemos a fala de alguns idosos que se sentiram inseguros em escrever para não gerar nenhum tipo de constrangimento, no intuito de democratizar a coleta de informações. Uma vez que foram só apenas duas perguntas que necessitava da escrita. Então foi um preenchimento bem simples e rápido. Tendo assim um total de 30 participações, um número considerado relevante, levando em consideração

que temos um total de 35 a 45 idosas frequentes nos grupos, totalizando 67%. A primeira pergunta consistiu em entender como a idosa avalia o trabalho da equipe multiprofissional do CRAS. Obtivemos os seguintes resultados:

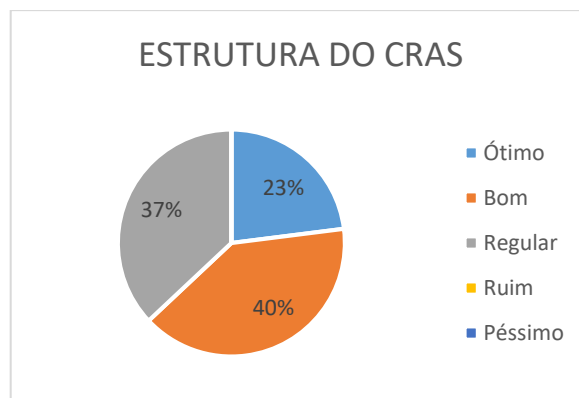
Gráfico 4: Profissionais do CRAS



Fonte: Construído pela autora com base nos dados da pesquisa.

Diante dos 30 idosos que participaram do questionário, 20 declararam Ótimo totalizando 67% dos questionários e 10 declararam Bom com 33%, mostrando uma grande satisfação no trabalho da equipe que desenvolvem as atividades com os grupos. Quando perguntou-se como elas avaliam a estrutura física do CRAS tivemos:

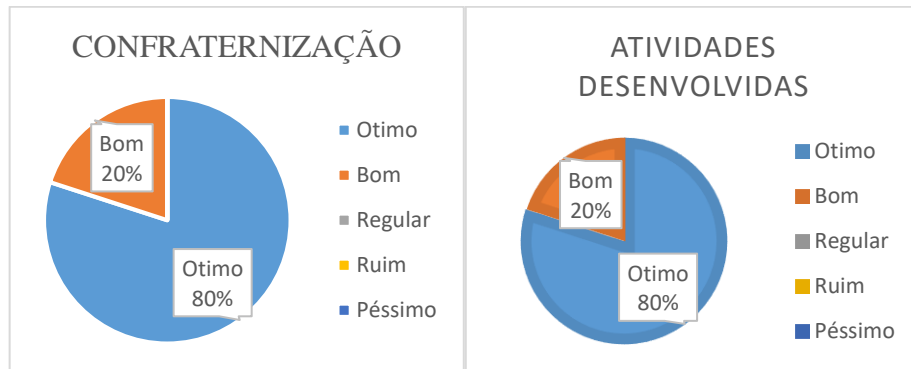
Gráfico 5: Estrutura do CRAS



Fonte: Construído pela autora com base nos dados da pesquisa.

No olhar das idosas, as respostas ficaram divididas em três opiniões, em ordem de prioridade tivemos 40% marcaram, “Bom”, 37% “Regular”, e o menor percentual foi para “Ótimo”. Entendemos de acordo com dados colhidos, essa questão foi a que mais dividiu opiniões, sinal que há muito a se fazer para alcançar um olhar positivo tanto dos participantes como dos profissionais.

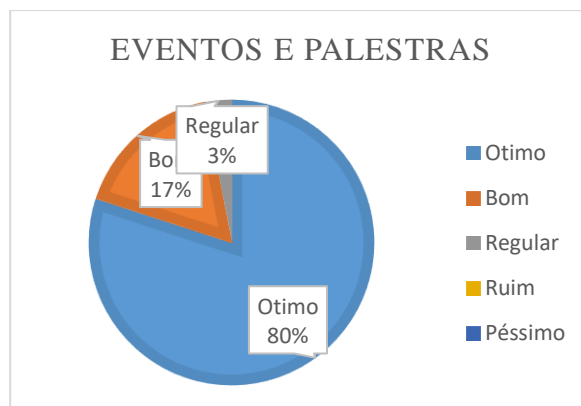
Gráfico 6: Confraternização e atividades desenvolvidas



Fonte: Construído pela autora com base nos dados da pesquisa.

Em relação as confraternização e atividades desenvolvidas no CRAS, obtivemos a seguinte avaliação: “Ótimo” com 80% e “Bom”, somaram 20%. O índice de satisfação foram os mais altos possíveis na percepção das idosas. É notório um índice maior de satisfação das idosas em relação a confraternização e atividades desenvolvidas nos grupos das idosas.

Gráfico 7: Eventos e Palestras

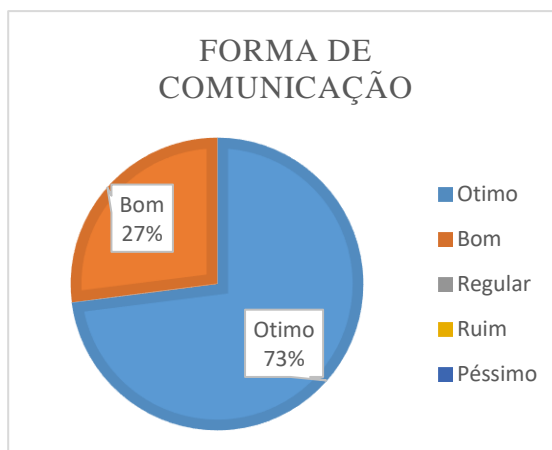


Fonte: Construído pela autora com base nos dados da pesquisa.

Os eventos e palestras realizados para os grupos de idosas foram bem avaliados, sendo que tivemos 80% de idosas que avaliaram como Ótimo”, “Bom” foram 17% e “Regular”

3%. Tendo uma maioria satisfeita com os serviços e eventos proporcionados pelos grupos de convivência.

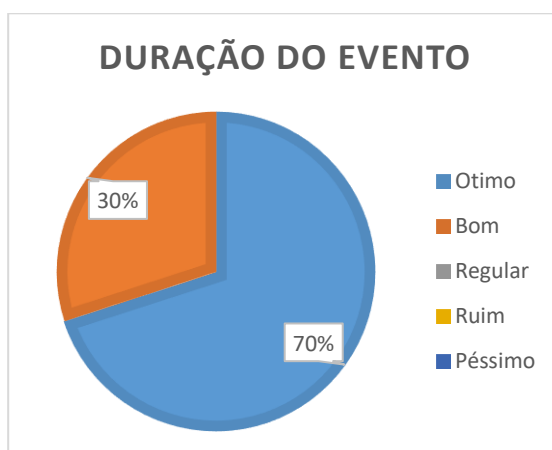
Gráfico 8: Forma de comunicação



Fonte: Construído pela autora com base nos dados da pesquisa.

Como explicitado acima, a forma de comunicação consistiu em compreender de que forma as idosas classificam a comunicação e o diálogo estabelecido entre os profissionais e os usuários, percebe-se a partir dos dados que, 100% das idosas estão satisfeitas, sendo 73% “Ótimo” e 27% “Bom”.

Gráfico 9: Duração do evento

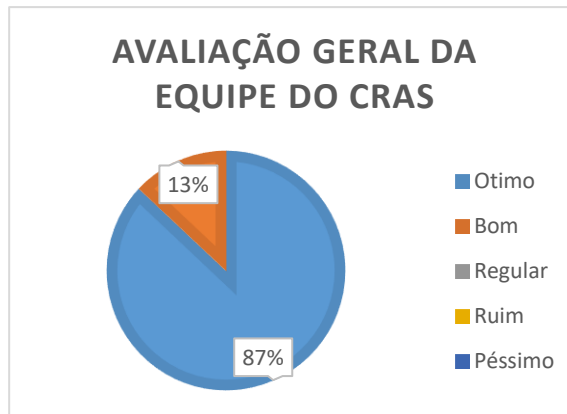


Fonte: Construído pela autora com base nos dados da pesquisa.

Questionamos ainda a duração dos eventos, considerando que a equipe busca sempre ter um cronograma de tempo, até porque as idosas são bem ativas, e um evento muito

longo poderia interferir nos objetivos de trabalho planejados pela equipe, desde modo tivemos, 70% marcaram em Ótimo e 30% Bom.

Figura 10: Avaliação geral da equipe do CRAS



Fonte: Construído pela autora com base nos dados da pesquisa.

Na avaliação geral da equipe, tivemos um resultado bastante significativo, sendo que 26 idosas que classificaram “Ótimo” e 4 marcaram “Bom”. Nesse sentido, percebemos que a população usuária faz uma avaliação positiva dos trabalhos que são desenvolvidos.

A outra parte do questionário trabalhamos em apenas uma pergunta na qual buscou compreender a importância do CRAS na vida das idosas dos grupos Conviver e Integrar, e para finalizar, deixamos um espaço para finalizar ideias reclamações e sugestões, caso quisessem apontar.

Ao interpretamos as respostas das idosas, proporcionadas pelas indagações, buscamos entender um pouco sobre a importância do CRAS na sua vida das idosas, a primeira resposta foi a seguinte, “porque aqui me sinto realizada e disposta, é muito bom está aqui”. A segunda idosa disse que “desenvolve muito o corpo e mente da gente,” “Me sinto muito bem aqui”; “As atividades estimulam muitos órgãos do corpo, e qualidade de vida para nós”, “O CRAS é muito importante para mim, considero como minha segunda casa, pois tenho muitas amigas graças ao CRAS e ao grupo; “Porque é um ambiente muito bom para estar”; Gosto muito das atividades e eventos”; “Faz bem para a população da terceira idade e para o município em geral”.

Das idosas que deram suas contribuições no questionário 8 delas deram sugestões similares, como: ter mais passeio em lugares diferentes, mais atividades com pular corda, jogo de memória, cursos, atividades físicas mais demoradas, ter exercício em ar livre, como a praça e caminhada em grupo nas ruas da cidade. Considerando a importância de devolução dos dados

para o lócus da pesquisa, pretendemos encaminhar essas sugestões e ponderações para a equipe dos grupos de convivência citados.

Percebemos que apesar dos desafios que marcam o cotidiano profissional, o/as idosos avaliaram positivamente o trabalho realizado. Quanto aos recursos materiais como, estrutura do CRAS temos divisões de opiniões, visto que, apesar da pequena reforma para ampliação do espaço, os idosos sentem que falta melhorar a estrutura da unidade.

Vale ressaltar que apesar das observações das idosas eles expressam muito bem as mudanças pessoais e físicas possibilitada pela inserção aos grupos. Inclusive, umas das falas das idosas expressa extrema gratidão quando dizem que “ajuda muitas pessoas, inclusive eu; Muitas atividades que nos ajudam muito. “Me ajuda a não me sentir sozinha, e gosto muito quando chega o dia de vim para o CRAS”. Então percebemos que a inserção de idosos nas políticas sociais, apesar das limitações presentes na atual conjuntura, possibilita o aumento da qualidade de vida, da valorização e da saúde.

É importante ressaltar que a perspectiva reiterada neste trabalho refere-se aos direitos sociais, constituídos na Constituição Federal de 1988, afastando-se das compreensões assistencialistas e robotizadas do fazer profissional. Reiteramos a necessidade de universalização das políticas sociais, da autonomia dos indivíduos, reconhecimento das lutas sociais da classe trabalhadora, da justiça social, das noções de cidadania, equidade e liberdade, em busca de país justo para todos os brasileiros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo nos possibilitou evidencia e compreender a atuação da equipe técnica voltados aos idosos participantes dos grupos ‘Conviver’ e ‘Integrar’, principalmente no que refere as relações e condições de trabalho profissional na Assistência Social. Como objetivo geral buscamos compreender e analisar a contribuição do espaço de Convivência e sua contribuição no processo de envelhecimento humano e contextualizar a experiência de equipamento para efetivação dos direitos sociais, bem como o olhar das idosas participantes sobre esses serviços. Com a pesquisa bibliográfica, foi possível perceber que desde a década passada estamos vivendo retrocessos no âmbito de Estado e do trabalho que colocam grandes desafios para a classe trabalhadora e para o agir profissional na efetivação dos direitos sociais da população.

No decorrer deste Trabalho de Conclusão de Curso, fez-se necessário fazer um breve resgate histórico do processo de envelhecimento e algumas aproximações iniciais do perfil do idoso no Brasil traçando dados quantitativos e qualitativos, resgatando as lutas e conquistas dos direitos sociais, afim de apresentar o processo sofrido de luta da classe trabalhadora na legitimação dos direitos sociais.

Na atual conjuntura foi possível identificar um grande aumento de idosos com mais de 60 anos no Brasil e no mundo, acarretando um desafio e gerando dilemas que precisamos lidar para garantir condições mínimas, sociais, políticas e econômicas para universalização da expectativa dos direitos para todos os grupos etários. Vale dizer que esse debate diz respeito a todos nós e a geração futura. Essa percepção nos possibilitou estudar a velhice e o processo de envelhecimento em diferentes âmbitos e concepções.

Os investimentos nas políticas sociais estão cada vez menores, gerando grandes preocupações para a população, pois quando as verbas não são postas de forma suficiente para as demandas da população, automaticamente repercute no trabalho profissional e na efetivação dos direitos sociais do cidadão, bem como na vida dos usuários atingindo todas as áreas da saúde, educação e assistência social, atingindo os que mais necessitam. Esses impactos são gerados pelo processo de reforma neoliberal e previdenciária que o Brasil está passando na atual conjuntura.

O debate da atuação profissional foi possível identificar os desafios diante da atual conjuntura que marcam o cotidiano profissional principalmente o que se refere sua autonomia a falta recursos, flexibilização e cortes dos materiais pedagógicos, das condições de

infraestrutura do CRAS, da falta de autonomia profissional. Neste caso, vale salientar que parte dos profissionais não possuem autonomia relativa por serem contratados, desvalorizados e fragilizados. Sabemos que saúde, educação e assistência social estão cada vez comprometidas pelo atual governo. Destacamos, os rebatimentos atuais da Reforma da Previdência, que apesar de estar em processo de discussão e aprovação, necessita ser amplamente debatido, pois, caso aprovada neste formato atingirá a população mais pobres, pois a reforma da previdência é um verdadeiro retrocesso para os brasileiros.

Percebemos ainda a centralidade do CRAS na vida das idosas participantes, pois a mesmas gostam da convivência que o CRAS oportuniza, pois se referiram aos serviços e aos profissionais de forma agradável e positiva.

É notório ainda que essas idosas tem muita disposição e gostam muito de participar do que é proposto pela equipe, tem uma vínculo forte com a equipe e entre as próprias idosas. No entanto, a ampliação e consolidação da Políticas Sociais de extrema relevância para melhor atender o público alvo. Então, o estudo alcançou os objetivos propostos, porém com ressalvas. Possibilitou conhecer o trabalho interdisciplinar dos profissionais, os limites e possibilidades que enfrentam diariamente, o mapeamento e as condições atuais dos serviços e políticas oferecidas pelo município voltada a pessoa idosa, o processo de envelhecimento nos grupos de convivência ofertados no CRAS, a percepção dos profissionais e a avaliação dos/as idosas participantes em relação e os serviços.

Frente disto, pontuamos a importância da equipe buscar meios de planejamentos e ações que sejam construídas coletivamente com as idosas, afim de trabalhar com a interação social, ampliando as atividades e dinâmicas fora do prédio para oportunizar o processo de valorização da pessoa idosa e promover a participação dos usuários dos grupos “Integrar e Conviver”

Diante do medo e da insegurança das idosas para escrever ou até não saber escrever (por não terem sido alfabetizadas), sugerimos atividades e oficinas voltados a essa temática da leitura e da escrita, em forma de dinâmicas que busque propiciar um momento de aproximação entre idosos e o ato de ler e escrever. Pois, acreditamos que faz parte do processo da interação social e autoestima das participantes, tendo segurança para ler ou escrever em público, além de ser uma forma de contribuição para a vida das idosas participantes.

O ato da leitura pode ser um ato transformador na vida de pessoas que não sabem ler ou escrever “[...] encontramos espaço para pensarmos sobre questões que nos afetam, que nos sensibilizam, embora não façam parte de nossas relações efetivamente estabelecidas no

meio em que vivemos [...]”. (ZELANTE et al, 2015, p.96). Ou seja, um processo pedagógico que através do ato de ler e escrever pode despertar o interesse do participante falar de alguma situação que não sabia a gravidade, por não conhecer ou achar que é algo que não violava ou fragilizava direitos.

Dátilo e Cordeiro, (2015), organizadoras do livro intitulado “Envelhecimento Humano” busca trazer e apresentar diversas formas de trabalhar com pessoas idosas, juntando vários autores e seus diversos olhares. Os autores destacam a experiência da Oficina de leitura, onde “o grupo se reúne em torno do ato de ler, textos literários, são lidos e comentados por seus participantes, e, para que fique registrada a memória desses momentos, são redigidos, eventualmente, textos de sínteses, crônicas, poemas [...]”. (ZELANTE et al, 2015, p.98).

É importante acatar as dicas e sugestões colhidas das fichas de avaliação das idosas participantes que foram: ter mais passeios fora do CRAS, ter exercício ao ar livre, caminhadas em grupos, ter interação com as idosos de outras redes, são fatores que aproximam as idosas dos profissionais e até mesmo de outra idosas como forma de interação social.

Sabemos que os trabalhos são desenvolvidos de acordo com as condições sociais e estruturais do prédio e que os limites e possibilidades profissionais são marcados pelo quadro histórico social e econômico desenhado pelas políticas municipais, estaduais e nacionais. No entanto, apontamos que independente da profissão é necessário ir além da aparência dos fenômenos, com o intuito de melhorar as condições de trabalho. Para tanto, sugerimos a intensa qualificação profissional, cursos de capacitação, ampliação dos debates sobre atribuições, competências, ética profissional, interdisciplinaridade, respaldados nas dimensões de cada profissão, de modo de garantir e efetivar os direitos sociais da população local.

Vale destacar que as resposta dos profissionais colhidas nas entrevistas não tiveram a abrangência e profundidade, visto que os profissionais que participaram são todos contratados e essa situação interferiram nas respostas, ou seja, foram respostas acanhadas e curtas, pois os profissionais ficaram receosos em falar algo que pudesse o comprometer, mesmo sabendo do total sigilo na pesquisa. Por esse motivo, decidimos não identificar o município lócus da pesquisa.

Por fim, compreendemos que essa pesquisa juntamente com o Estágio na unidade, me proporcionou aprendizados e bagagens teóricas fundamentais para o processo de formação profissional, a ter uma visão respaldada nas dimensões da profissão. O conhecimento é fundamental tanto no processo de formação quanto na atuação nos espaços ocupacionais, pois

o trabalho em conjunto e a junção de vários saberes que possibilitam um trabalho amplo e diversificado para melhor forma de efetivação dos direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ADVOCACIA, Ingrácio. **Novas mudanças na reforma da previdência | profissões afetadas**. 17 de julho de 2019. Disponível em>>
<https://www.youtube.com/watch?v=bHxo7IWGDAI>. Acesso em 08 de agosto de 2019.

ALBIERO, Célia Maria Grandini. SILVA, Keiliane, Tavares. Serviço Social, Formação Profissional e a política de Assistência Social. **XVI ENPESS**, Vitória-ES 18p Dezembro 2018.

ALBIERO, Célia Maria Grandini. LIMA, Rodrigo Mamédio de. O cenário social, político e econômico do Brasil: Desafios para a efetivação do projeto profissional do assistente social. **Revista Multidebates**, v.2, n.2 Palmas-TO, 69-86p, setembro de 2018.

ALMEIDA, Juliana Pinto de. **Envelhecimento e Neoliberalismo: Uma Maré Negra em Macaé 2017**. Monografia. (Graduação em Serviço Social) UFF- Universidade Federal Fluminense, IHS- Instituto de Humanidade e Saúde, RIR- Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras, Curso de Serviço Social. Rio das Ostras 2017.

ALVES, Danielle Dos Santos. **O Envelhecimento e a Importância das Convivência Social e Familiar: Estudo sobre um Grupo de Convivência na Cidade de Cruz das Almas- Bahia**. 2014. Monográfica. (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL Colegiado de Serviço Social, Cachoeira 2014.

AMICUCCI, Eliane Marques de Menezes. **Estágio supervisionado em Serviço Social: tempos atuais e velhos tempos**. Dissertação de (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca 2011

AVILLA, Ana Lúcia Fiuza da Silva. Projeto ético-político do serviço social brasileiro e o trabalho profissional. **II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis**. 10p 23 a 25 de outubro de 2017.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa em Serviço Social**. Trabalho Apresentado no 2º Seminário Nacional Estado e Política Sociais no Brasil. Unioste, Campus Cascavel. 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS Brasília, DF 2013. **Tipificação de Serviços Socioassistenciais**, reimpressão 2014.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, **Normas operacional básica NOB-SUAS**, contribuindo as bases para implantação do sistema único de assistência social. Brasília 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social – PNAS **Caderno de Orientações Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos** Articulação Necessária para Proteção Social Básica. Brasília, DF 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome à Fome. **Normas operacional básica NOB-SUAS**, Brasília 2012.

BRASIL, [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2018. 530 p.

BRASIL, **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. -10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. Previdência e Assistência: uma unidade de contrários na seguridade social. **Universidade e Sociedade – Revista do ANDES-SN**, n. 22, Brasília, ANDES-SN, 2000.

BRITO, Darlan Alvarenga e Carlos, 1 em cada 4 brasileiros terá mais de 65 anos em 2060, aponta IBGE. Globo economia disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/07/25/1-em-cada-4-brasileiros-tera-mais-de-65-anos-em-2060-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em 25 de março de 2019.

BUZZI, Ana Paula Barcelos. **A Ação do Serviço Social no Campo dos Benefícios Eventuais**: Caco Florianópolis Monografia (Graduação em Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis 2015.

CAMARANO, Ana Amélia; PASSINATO, Maria Tereza. Envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org). **Os idosos Brasileiros muito além dos 60?** Rio de Janeiro. Editora IPEA, 2004. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Arq_29_Livro_Completo.pdf acesso: 10 de março 2019.

CASTELANI, Clayton. GERCINA, Cristiane. **Reforma da Previdência é aprovada na Câmara e segue para o Senado.** 7 de agosto de 2019, São Paulo. Como fica a nova Proposta aprovada na Câmara dos Deputados. Disponível em >> <https://agora.folha.uol.com.br/grana/2019/08/reforma-da-previdencia-avanca-na-camara-e-segue-para-o-senado.shtml>. Acesso em: 7 de Agosto de 2019.

CEOLIN, George Francisco. **Crise do Capital do trabalho e impactos nos Serviço Social.** n. 11, 239-264, abr/jun. São Paulo 2014.

CEOLIN, George Francisco. Crise do Capital, Precarização do Trabalho e impactos no Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 118. Cortez: São Paulo.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social, **Meia Formação não Garante um Direito: O que você precisa saber sobre a supervisão direta de estagio supervisionado em Serviço Social.** 2013.

Fundação Universidade Federal do Tocantins. Sistema de Biblioteca. Manual de normalização para elaboração de trabalhos acadêmicos científicos da universidade federal do Tocantins. Palmas, 2018.

CÔRTE, Beltrina; MERCADANTE, Elizabeth Frohlich; ACURI, Irene Gaeta (Org). **Envelhecimento e velhice: um guia para a vida.** São Paulo: Ed Vetor. 2006.

COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: CFESS/ABESS (Orgs.). Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.
Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000157&pid=S0101-6628201300020000400005&lng=pt. Acesso: 5 de junho de 2019.

DALBERIO, Osvaldo. **Os desafios éticos da pesquisa social**, 2008. 275 f. Tese (Doutorado em serviço social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade estadual paulista “Júlio de Mesquita filho”, 2008. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/dalberio.pdf>. Acesso em: 01 de junho de 2019.

DAWALIBI, Nathaly Wehbe. ANACLETO Geovana Mellisa Castrezana. WITTER Carla. GOULART Rita Maria Monteiro. AQUINO Rita de Cássia de. **Envelhecimento e qualidade de vida: análise da produção científica da SciELO.** Universidade São Judas Tadeu, Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento. R. Taquari, 546, Mooca, 03166-000, São Paulo, SP, Brasil julho-setembro 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v30n3/v30n3a09.pdf>. Acesso em 17 de junho de 2019.

DE OLIVEIRA, José Clovis Pereira. El al. O questionário, o formulário e as entrevistas como instrumentos de coletas de dados: vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas. 13p. **III CONEDU Congresso Nacional de Educação** Natal- PN 05 a 07 de outubro 2016. Disponível em:

http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA13_ID8319_03082016000937.pdf. Acesso em 29 de julho de 2019.

DEL-MASSO, Maria Candida Soares. **Envelhecimento humano: diferentes olhares /** Universidade Aberta à Terceira Idade: percurso de uma história na UNESP. Gilsenir Maria Prevelato de Almeida Dátilo, Ana Paula Cordeiro (orgs.). – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. 296 p.

FALEIROS, Vicente de Paula. O serviço social no cotidiano: fios e desafios. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 120, p. 706-722, out./dez. 2014

FELIPE, Thaysa Wanessa Silva Souza. SOUSA, Sandra Maria Nascimento. A Construção da Categoria Velhice e seus Significados. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP.** Macapá, v.7, n. 2, p. 19-33, jul.-dez. 2014.

FERREIRA, Anderson Jackle. **Concepção de envelhecimento de um idoso autor: um estudo de caso.** (Dissertação de mestrado) Instituto de Geriatria e Gerontologia Biomédica, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2005.

FERRAREZ, Santos Cynthia. Serviço Social Contemporâneo: uma análise a respeito das teorias que se mostram aos Assistentes Sociais. **80 anos de serviço social tendências e desafios.** Belo Horizonte, 14p, maio, 2016.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GOMES, Sylvania Alves. Serviço Social e interdisciplinaridade: Confluências e Desafios. **80 anos de serviço social tendências e desafios.** Belo Horizonte, 14p, maio, 2016.

GUEDES, Paulo Roberto Nunes, Proposta de Ementa a Constituição (PEC) 06.2019 Reforma da Previdência, Brasília 2019.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

GUERRA, Yolanda. No que se sustenta a falácia de que “na prática a teoria é outra?”. **2º Seminário Nacional Estado e Políticas sociais no Brasil**. Cascavel, 14p. Outubro 2005.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 701-718.

HONORATO, Leidilane de Oliveira. Os Desafios Impostos à Luta da Classe Trabalhadora No Contexto Neoliberal. **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, Neoliberalismo e Lutas Sociais: Perspectivas para as Políticas Públicas**. São Luís- Maranhão, 9p Agosto 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do (a) Assistente Social na Atualidade. In: CFESS, **Atribuições Privativas do/a Assistente Social Em Questão**. 1ª ed ampliada, Brasília, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no serviço social** -. 7. Ed. – São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relação sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17. Ed. –São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO. Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**, São Paulo: Cortez, 2011, 34ª ed.

INSS, passo a passo. Reforma da previdência 2019 **veja resumo simplificado do texto-base aprovado na câmara**. 5 de julho de 2019. Reforma da Previdência texto aprovado na Câmara. Disponível em>> <https://www.youtube.com/watch?v=vIAATZobcRQ>. Acesso em 08 de agosto de 2019.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?**. São Paulo: Brasiliense, 2008. Coleção primeiros passos; 23)

LACERDA, Lélica Elis Pereira. de. Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 117, p. 22-44, jan./mar. 2014.

LEITE, Márcia da Silva Pereira. Políticas sociais e cidadania. **Revista de Saúde Coletiva**. Vol. I, Número I, 118-131P RJ 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v1n1/06.pdf>. Acesso 3 agosto de 2019.

LOPES, Antônio César Martins. **Racionalidade formal-abstrata e irracionalismo** [manuscrito]: mídia impressa e drogadição, uma das expressões da questão social em Goiás. Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Serviço Social, Goiânia, 2016.

LUCCHESI, Geraldo. Envelhecimento Populacional: Perspectiva para o SUS. **Brasil 2050: Desafios de uma nação que envelhece**.

MACIEL, Sergiane Maia. Reforma (Contrarreforma) do Estado: reflexos na política de saúde. **VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís- Maranhão, 14p, agosto 2017.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARETTO, Fernando. Direitos Sociais: sua inserção e eficácia na constituição da república Federativa do Brasil. (Monografia). Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí, 2008.

MASCARO, Sônia de Amorim. *O que é velhice*. São Paulo, Brasiliense, 2004.

MATOS, Maurílio Castro de. *Serviço social, ética e saúde: reflexões para o exercício profissional*. São Paulo: Cortez, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**. Teoria, Método e Criatividade. – 14. Ed. – Rio de Janeiro, 2001.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Pesquisa Teórica**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013.

MORAIS, Daniele Soares. **Envelhecimento e Intergeracionalidade: Desafios para o Serviço Social**. 2016. (91.) f. Monografia. (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2016.

MOTA, Lessivânia Márcia Assunção. Projeto ético político do serviço social: limites e possibilidades. **Revista Textos & Contextos** Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 56 - 68, jan./jul. 2011.

NEVES, Magda de Almeida. PEDROSA, Célia Maria. Gênero, Flexibilização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. **Sociedade e Estado**. Brasília v.22, n°1. P.11-34, jan./abr 2007.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. TUMELERO, Sylvania Marta. A relativa autonomia do assistente social na implementação das políticas sociais: elementos explicativos. **O social em questão**, Rio de Janeiro n°34 ano 18, jul-dez 2015.

OLIVEIRA, Antônia Rita de Cássia Carvalho de. BORGES, Bárbara Vieira de Araújo. CUNHA, Caroline Ribeiro Cardoso. CARVALHO, Luciene Ferreira Mendes de. Ética profissional e Serviço Social: para além do Código de Ética, **Revista, VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís – Maranhão, 12p. Agosto, 2017.

OLIVEIRA, Thaís Fernanda de Sousa. DORONIN, Juliana de A. F. A Velhice como Questão Social, Frente ao Capitalismo. **Revista Portal de Divulgação**, Maranhão (MA) n.54, Ano VIII Out/Nov./Dez. 2017.

OLIVEIRA, Thaís Fernanda de Sousa. DORONIN, Juliana de A. F. O Envelhecimento como Expressão da Questão Social diante do Capitalismo na Dicotomia entre: Ser Produtivo x Improdutivo. **VII Jornada Internacional de Políticas Pública** 8p UFMA - Universidade Federal do Maranhão (MA). São Luís (Maranhão) Agosto 2017.

OLIVEIRA, Michelly Cristina Rodrigues. FERNANDES, Marla. CARVALHO, Rosana Ribeiro. O Papel Do Idoso na Sociedade Capitalista Contemporânea: uma tentativa de análise. **V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital**. 7p Campus Universitário do Bacanga. São Luís (Maranhão 22/26 de Agosto 2011.

OLIVEIRA, Sandra Carolina Farias de. SANTOS, Gláucia Lorena Guedes dos. Construção Sócio Histórica e midiática da velhice. **RBCEH**, Passo Fundo, v. 6, n. 3, p. 422-428, set./dez. 2009.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64, - 12 ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

PAULO NETTO, José. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal** 4. Ed – São Paulo, Cortez, 2007. – (Coleção da Nossa Época; v. 20).

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008.

PATRICIO, Carlos Marcelo Silva. Silva, Emily de Paula Sousa. O Estado Capitalista Neoliberal e a (Re) Configuração das Políticas Sociais: Impactos para a classe trabalhadora. **VI semanário CETROS, Crise do mundo do trabalho no Brasil** desafios para a classe trabalhadora. 13p. Campus do Itaperi, Universidade Estadual do Ceará (UECE) 22/23/24 agosto de 2018.

PENA, Rodolfo F. Alves. "**Pirâmide Etária da População Brasileira**"; *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasile scola.uol.com.br/brasil/piramide-etaria-populacao-brasileira.htm>>. Acesso em 25 de março de 2019.

PERES, Marcos Augusto de Castro. **Velhice, Trabalho e Cidadania**: as políticas da terceira idade e a resistências dos trabalhadores idosos à exclusão social. 2007. 372p. Doutorado (Doutorado em Educação) Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da FE-USP. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

RAICHELIS, Raquel. O Trabalho do Assistente Social na Esfera Estatal. In: CFESS, ABEPSS. **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Cead, UNB, Brasília, 2009.

RAICHELIS, Raquel. O Assistente Social como trabalhador assalariado: desafios frente as violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade** n.107 São Paulo Jul./Set. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-6628201100030000. Acesso em: 29 de agosto de 2019.

ROSA, Kyriê Machado da. **Saúde do trabalhador: estratégias do trabalho interdisciplinar com foco na gestão, saúde e trabalho**. Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 2014.

SALGADO, Flavia Franco. O trabalho interdisciplinar na assistência social: análise da experiência em um CRAS de Niterói-RJ. **Seminário Nacional de Serviço Social trabalho e política social**. Florianópolis – SC, 8p, outubro 2015.

SANTOS, Claudia Monica dos. **Os instrumentos e técnicas**: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social do Brasil. 2006. 251 f. Tese (Doutorado)-Curso de Programa

de Pós Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético político profissional. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 104, p. 695-714, out/dez. 2010.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie, ALMEIDA, Cristóvão Domingos, GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Rev. Bras. de História & Ciências Sociais*. n. I, p. 1-15, jul., 2009.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa. OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Idoso: um novo ator social. **IX ANPED SUL: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**, 17p Caxias do Sul- RS Agosto 2012.

SILVA Jéssica Natália da. SILVEIRA Suely de Fátima Ramos. A história da assistência social no brasil: contextualização e Modelos de análise de políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas e Segurança Social** | v.1 | n.2 | p. 179-202 | América do Sul. 2017.

SILVA, Leda Regina de Barros. Política de Assistência social e usuários: o lugar de sujeitos de direitos. **I Congresso Internacional de Política Social e serviço social: desafios contemporâneos**. Londrina-PR 13p junho 2015.

SOARES, Giovana Maria Tossige Quaresma. Políticas Sociais, Gênero e Cidadania no Brasil: Alguns apontamentos e Tendências. **4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: 80 anos de serviço social Tendências e Desafios**. Belo Horizonte- MG, 14p Maio 2016.

SOUSA, Adinari Moreira de. SOUSA, Alcinélia Moreira de. ACCIOLY, Maria Stella Pereira. Política social e projeto Ético Político profissional dos Assistentes Sociais: Relação histórica contraditória. **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís do Maranhão. Agosto, 2011.

SOUSA, Charles Toniolo. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. *Revista Emancipação*, Ponta Grossa, v. 8, n° 1, p. 119, 2008. Disponível em < www.revista2.uepg.br/index.php/emancipação/article/view/119.

SOUZA, Osmar Martins de. DOMINGUES, Analéia. Emancipação Política e Humana em Marx: Alguns Apontamentos. **Revista Eletrônica Arma Crítica**, Campus de Campo Mourão - PR. n4, 15p dezembro 2012.

SPOSATI, Aldáiza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141449802007000300002&script=sci_arttext> acesso em: 20/03/2015 as 23:45.

SPOZATI, Aldáiza. Proteção sociais e seguridade social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013.

SPOZATI, Aldáiza. **Mínimos Sociais e Seguridade Social**: uma revolução da consciência da cidadania. *Serviço Social e Sociedade*, n. 55, São Paulo, Cortez, 1998.

TEIXEIRA, Solange Maria. Política Social de Proteção ao Idoso a reafirmação da cultura privacionista no trato das refrações da questão social. *Revista de Políticas Públicas* [enlinea] 2007, 11 (Enero-Junio): Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321129121006>> ISSN acesso: 3 de julho de 2019.

ZELANTE, Arlêta Nóbrega.et al. **Envelhecimento humano**: diferentes olhares / Reunir-se em torno do ato de ler: que significado tem isso? Gilsenir Maria Prevelato de Almeida Dátulo, Ana Paula Cordeiro (orgs.). – Marília: Oi cina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. 296 p.

ZIMERMAN, Guite. **Velhice**: aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artmed, 2000. 232p.

APÊNDICE A – TCLE ENTREVISTAS

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS DA EQUIPE

APÊNDICE – C ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO DAS IDOSAS



APÊNDICE A – TCLE ENTREVISTAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

Prezado/ Sr. (a),

Vimos através deste convidá-lo (a) a participar da pesquisa intitulada “**Atuação da Equipe Multiprofissional nos grupos de Convivência para a pessoa idosa: A experiência num Centro de Referência de Assistência Social no interior do Tocantins**”, realizada pela acadêmica pesquisadora: Lana Gabriela Pereira Fonseca, Matrícula: 2013118575 orientada pela professora Me. Milena Carlos de Lacerda. Esta pesquisa tem como objetivo contribuir para a produção de conhecimento acerca da Atuação Profissional da Equipe Multiprofissional do CRAS. Nesse sentido, objetivamos compreender, na perspectiva do trabalho profissional, dos grupos Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a pessoa idosa e o processo de envelhecimento.

Aceite

Eu, _____, RG _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima, de maneira clara e detalhada autorizo, assim, o uso do conteúdo das informações gravadas, fornecidas de maneira, que sejam utilizadas parcial ou integralmente, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. Estou plenamente ciente da minha participação nesse estudo e sobre a preservação do anonimato. Estou ciente, sobre a minha responsabilidade em comunicar ao pesquisador qualquer alteração sobre esse estudo podendo dele sair a qualquer momento, sem que isso acarrete em prejuízos pessoais.

Entrevistado (a) Aluno (a)

Pesquisador (a)

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS DA EQUIPE

Av. Lourdes Solino, s/n – Setor Universitário | 77650-000 | Miracema do Tocantins/TO.

ROTEIRO DE ENTREVISTA (EQUIPE INTERDISCIPLINAR)**BLOCO I: IDENTIFICAÇÃO**

Identificação:

Profissão:

Faixa Etária: 20 A 25 () 26 A 30 () 31 A 40 () ACIMA DE 40 ()

Gênero:

Escolaridade:

Vínculo de Trabalho: Contratado () Concursado ()

Tempo de Experiência Profissional:

Tempo de trabalho no CRAS:

**BLOCO II: CONTEXTUALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS
REALIZADOS NO CRAS**

- 1 Você conhece a história do CRAS? Se sim, pode nos contar?
- 2 Na sua opinião, qual a importância de uma Secretária Municipal de Assistência Social (SEMAS) para a população?
- 3 Qual o objetivo do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do CRAS?
- 4 A estrutura física do CRAS atende todas as demandas? Como você avalia a estrutura física da unidade?

- 5 A sala é adequada para os profissionais desenvolverem seus trabalhos e atenderem os usuários?
- 6 Qual o perfil do público alvo atendido pelo CRAS? (Gênero, Faixa Etária, Escolaridade).
- 7 De que forma é organizado os serviços oferecidos para a população idosa?

BLOCO III: ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

- 8 Quais as ações que a equipe desenvolvem para atender as idosas dos grupos?
- 9 Como são distribuídos os serviços da equipe técnica do CRAS?
- 10 A equipe Multiprofissional conseguem atender todas as demandas apresentadas?
- 11 Como as idosas reagem as atividades e palestras propostas? Há algum questionamentos?
- 12 Como você avalia as condições de trabalho do CRAS? Há impactos no trabalho em equipe?
- 13 Você tem autonomia em suas atividades e escolhas profissionais?
- 14 Como você avalia seu trabalho na unidade?
- 15 Qual os instrumentais que vocês usam para trabalhar com as idosas?
- 16 Qual a sua responsabilidade nos serviços voltado aos idosos? Como você articula com os demais profissionais?
- 17 Na sua opinião, quais os principais desafios para a atuação profissional?

BLOCO IV: O PAPEL DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO CRAS:

- 18 Como você avalia/entende o Serviço de Convivência na vida dos idosos?
- 19 Quantos/ as idosos/as são cadastrados/as dos/as nos Grupos? E quantos/as participam com frequência?
- 20 De que forma os idosos tem acesso aos grupos de Convivência do CRAS?
- 21 Na sua opinião, de que forma o CRAS interfere na Qualidade de vida da população usuária e em particular, das idosas?

APÊNDICE – C ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO DAS IDOSAS

Prezadas Idosas, sua participação é muito importante para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa e sua opinião é essencial para analisarmos e aperfeiçoarmos os trabalhos e ações desenvolvidas nos grupos do CRAS. Agradecemos sua participação!

Nas questões a seguir marque um “X” na resposta desejada.

• **COMO VOCÊ AVALIA:**

1) **Profissionais do CRAS**



Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

2) **Estrutura do CRAS**



Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

3) **Confraternização**



Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

4) **Atividades desenvolvidas**



Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

5) **Eventos, Palestras**



Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

6) **Forma de Comunicação**



Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

7) **Duração dos Evento**



Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

8) **Sua avaliação geral da Equipe**



Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

Porque o CRAS é importante pra sua vida?

Ideias, Reclamações e Sugestão.